

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**O Homicídio Conjugal como Sintoma**  
**“Se eu amasse a minha mulher não a tinha morto”**

**Ana Rita da Costa Pereira Marques**

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA**

**(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde)**

**2014**

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**O Homicídio Conjugal como Sintoma**  
**“Se eu amasse a minha mulher não a tinha morto.”**

**Ana Rita da Costa Pereira Marques**

**Dissertação orientada por:**

**Professora Doutora Constança Maria Sacadura Biscaia da Silva Pinto**

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA**

**(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde)**



## RESUMO

Tendo como ponto de partida a intervenção psicológica com uma população prisional masculina em cumprimento de pena por homicídio conjugal este trabalho pretende dar um contributo para a compreensão e prevenção do homicídio conjugal em Portugal.

O presente estudo, de carácter exploratório e abordagem qualitativa, tem como objetivos analisar a dinâmica da relação afetiva e conjugal do homicida com a cónjuge, identificar o eixo-motivacional que legitima o mecanismo de passagem ao ato e compreender as particularidades do funcionamento e conflito psíquicos do homicida conjugal presentes no processo de elaboração e integração do ato homicida. Os dados foram recolhidos junto de cinco sujeitos detidos por homicídio conjugal num estabelecimento prisional, através da entrevista semi – estruturada e analisados com o recurso à análise de conteúdo.

As conclusões reafirmam as especificidades do funcionamento psicológico do homicida conjugal revelando a tendência para uma relação objetual de cariz limite-narcísico com a cónjuge. Prevalece a dependência e vinculação ambivalente oscilando entre a idealização e desvalorização da cónjuge. Foi identificada uma representação positiva de si próprio, definindo-se como vítima da relação conjugal. Os fatores despoletadores da passagem ao ato homicida centram-se na severa conflitualidade interna e na responsabilização da cónjuge tida como a principal agressora.

Este estudo confirma o mecanismo da passagem a ato homicida como um processo crítico catatímico, sustentado por uma intensa instabilidade psicológica no período anterior ao ato. O período de ruminação homicida foi apontado como o período crucial de intervenção e prevenção do homicídio conjugal. Na elaboração sobre o ato homicida é reiterada a inevitabilidade do ato.

**PALAVRAS – CHAVE:** homicida conjugal, dinâmica da relação conjugal, passagem ao ato homicida conjugal, elaboração do ato homicida

## **ABSTRACT**

The spousal homicide as a symptom

"If I loved my wife I hadn't killed her"

Having as starting point the psychological intervention with a male prison population serving a sentence for spousal homicide, this work intends to give a contribution to the understanding and prevention of spousal homicide in Portugal.

The present study, exploratory and qualitative in nature, aims to analyze the dynamics of affective and marital relationship of the murderer with the victim, identify the motivational axis which legitimizes the mechanism leading to marital homicidal act and understand the psychic particularities and conflicts of the marital murderer present in the elaboration and integration process of the homicidal act. The data were collected from a sample of five subjects under arrest for spousal homicide in a prison through semi-structured interviews and analyzed using content analysis.

The conclusions reaffirm the specificities of the psychological functioning of spousal homicide revealing the tendency to establish a borderline-narcissistic objetal relation with the spouse. Dependence prevails and ambivalent binding oscillating between the idealization and devaluation of the spouse. It was identified a positive self representation from the marital murderer, defining himself as a victim of marital relationship. The factors that trigger the homicidal act focus on the severe internal conflict and attribution of the responsibility of the spouse as the main aggressor. This study confirms the mechanism leading to marital homicidal act as a critical catathymic process, sustained by intense psychological instability during the period prior to the act. The period of rumination killer was appointed as the crucial period for intervention and prevention of spousal homicide. In the elaborating of the homicidal act is reiterated that the act could have been prevented.

**KEYWORDS:** spousal homicide; marital relationship dynamics; mechanism of marital homicidal act, elaboration of the homicidal act

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradecer a esta grande casa e a todos os professores que me acolheram, há anos, num momento fulcral de procura de entendimento e metabolização da mágoa.

Um pensamento especial para o Professor Doutor José Frederico Marques.

Um reconhecido agradecimento à Professora Doutora Constança Biscaia pela disponibilidade e orientação científica, bem como pelo encorajamento e confiança transmitidas ao longo da elaboração deste trabalho.

Um particular obrigado à Doutora Maria José Vidigal que me acompanhou ao longo de anos e me permitiu crescer, perceber a segurança de uma presença, de uma voz...que continua a ressoar dentro de mim nos momentos de maior questionamento e dúvida. Percebi com ela que a dor psíquica pode ser apaziguada e não matar.

Não posso deixar de agradecer ao meu pai, Fernando Pereira Marques, pela transmissão da seriedade e honestidade intelectuais.

Por fim, um profundo obrigado ao Francisco, meu companheiro de caminhada, pela libertação da dor. A sua presença, perseverança e questionamento constantes ajudaram-me a diferenciar as palavras de verdadeiro afeto das palavras ocas e permitiram-me amar sem medo.

## ÍNDICE GERAL

<b>RESUMO</b> .....	iii
<b>ABSTRACT</b> .....	iv
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	v
<b>ÍNDICE GERAL</b> .....	vi
<b>PREÂMBULO</b> .....	ix
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	4
<b>1. O HOMICÍDIO CONJUGAL</b> .....	4
1.1 Fatores sociodemográficos do homicídio conjugal.....	6
1.1.1. <i>Gênero</i> .....	6
1.1.2. <i>Idade</i> .....	7
1.1.3. <i>Diferença de idade entre o homem e a</i> <i>cônjuge</i> .....	7
1.1.4. <i>Estatuto conjugal/ Tipo de união</i> .....	8
1.1.5. <i>Outros fatores</i> .....	9
<b>2. O HOMICIDA CONJUGAL A PARTIR DA ABORDAGEM</b> <b>PSICODINÂMICA</b> .....	10
2.1. Fatores psicológicos .....	10
2.1.1. <i>Vivências traumáticas na infância</i> .....	10
2.1.2. <i>Tipo de vinculação</i> .....	11
2.1.3. <i>Prevalência de características de personalidade</i> .....	12
2.2. Fatores situacionais e contextuais.....	15
2.2.1. <i>Da violência conjugal e da conflitualidade ao homicídio</i> <i>conjugal</i> .....	16
2.2.2. <i>Separação conjugal – A perda do objeto de amor, ciúme e</i> <i>cólera</i> .....	17
2.2.3. <i>Controlo e possessividade</i> .....	19
2.2.4. <i>Consumos de álcool e outras substâncias psicoativas</i> .....	19

2.	A PSICODINÂMICA DA PASSAGEM AO ATO HOMICIDA CONJUGAL.....	21
2.1.	A diferenciação entre acting-out e passagem ao ato.....	22
2.2.	A compreensão da passagem ao ato homicida conjugal.....	23
2.3.	O ato homicida conjugal é uma ferida narcísica? .....	24
2.4.	O eixo-motivacional e relacional da passagem ao ato homicida conjugal ...	26
	<b>PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO.....</b>	<b>28</b>
3.	PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DO ESTUDO.....	28
4.	DAS OPÇÕES METODOLÓGICAS À CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DOS DADOS.....	30
4.1.	Considerações metodológicas.....	30
4.2.	Caracterização da amostra participante.....	31
4.3.	Instrumentos de recolha de dados: Entrevistas.....	32
4.4.	Procedimentos de recolha e de tratamento dos dados.....	34
	<i>4.4.1. Procedimentos de recolha dos dados.....</i>	<i>34</i>
	<i>4.4.2. Tratamento dos dados.....</i>	<i>35</i>
5.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	38
5.1.	Dinâmicas da relação afetiva e conjugal.....	38
	<i>6.1.1 Fundamentos da relação afetiva e conjugal.....</i>	<i>38</i>
	<i>6.1.2 Significado atribuído à relação afetiva e conjugal.....</i>	<i>39</i>
	<i>6.1.3 Fatores despoletadores da relação afetiva e conjugal.....</i>	<i>39</i>
	<i>6.1.4 Principais dificuldades na relação afetiva e conjugal.....</i>	<i>39</i>
	<i>6.1.5 Auto - representação do homicida conjugal.....</i>	<i>40</i>
	<i>6.1.6 Representação mental do homicida conjugal sobre a cónjuge nos períodos pré e pós homicídio.....</i>	<i>40</i>



5.2. Ato homicida e eixo motivacional.....	41
5.2.1. Auto avaliação do homicida conjugal no período anterior ao ato homicida.....	42
5.2.2. Fatores despoletadores do mecanismo de passagem ao ato homicida conjugal.....	42
5.2.3. Evocação do ato homicida.....	42
5.3. Elaboração sobre o ato homicida e prevenção.....	43
5.3.1. Atribuição dos papéis de vítima e de agressor.....	44
5.3.2. Significado da reclusão para o homicida conjugal.....	44
5.3.3. Considerações sobre o acórdão de sentença.....	45
5.3.4. Prevenção do ato homicida.....	45
6. DISCUSSÃO .....	47
CONCLUSÃO .....	63
POSTFÁCIO.....	68
BIBLIOGRAFIA.....	69
ANEXOS (incluídos em Vol. II)	
I - Retrato jurídico e estatístico do homicídio conjugal	
II - Pedido de colaboração para levantamento de reclusos detidos por homicídio conjugal	
III - Tabela de caracterização da amostra	
IV - Guião de entrevista semi – estruturada	
V - Pedido de autorização DGSP	
VI - Despacho do Diretor Geral dos Serviços Prisionais	
VII - Consentimento informado, livre e esclarecido	
VIII - Grelha de categorização	
IX - Análise ideográfica	
X - Grelha de análise de conteúdo	

## **PREÂMBULO – “ (...) PRECISO DE PENSAR SOBRE ISTO.”**

*“...traçareis o retrato de um homem...que amou sinceramente...mas que uma vez perturbado, se deixou arrastar até aos últimos extremos...”*

Shakespeare-Otelo

*“O criminoso, qualquer criminoso, quase, fica sujeito no momento do crime a uma espécie de declínio da vontade e do juízo, substituídos por uma fenomenal levandade infantil, precisamente no momento em que é mais necessário ajuizar bem e ter muito cuidado. No seu entender, o resultado era que tal eclipse mental e tal declínio da vontade se abatem sobre o indivíduo como uma doença, se desenvolvem gradualmente e atingem o seu auge pouco antes do instante do crime; continuam neste pico no próprio momento do crime e algum tempo depois, dependendo disso da natureza do indivíduo; depois desaparecem, como qualquer doença pode desaparecer.(...)”*

*Parecia ter-se amputado do mundo, como à tesourada, cindindo-se de todos e de tudo neste minuto.”*

Dostoiévski - Crime e Castigo

*“ Está tudo bem, mãe, / estou só a esvair-me em sangue, o sangue vai e vem, / tenho muito sangue (...) Lembranças a menos / Faziam-me bem, e esquecimento também / e sangue e água a menos (...)Que não se perturbe / Nem intimide o teu coração, estou só a morrer em vão.”*

Manuel António Pina - excertos do poema “It’s all right, ma...”

Um dia de 2012 - Recebi o X como habitualmente na consulta semanal de Psicologia no estabelecimento prisional. Inicia a consulta referindo, de modo ansioso e alarmado, que precisa de pensar sobre as campanhas mediáticas de sensibilização para a violência conjugal e o homicídio conjugal promovidas por uma entidade de apoio à vítima. “Não é deste modo que se consegue evitar o que eu fiz”.

X está detido por homicídio da sua cónjuge.

## INTRODUÇÃO

Um trabalho de investigação parte de uma inquietação intelectual e da necessidade de pensamento “Preciso de pensar sobre isto”. Parte de um problema relevante sobre o qual o investigador deseja contatar com os “significados que os acontecimentos adquirem para as pessoas de um dado meio” (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 2010, p.43).

Este estudo emerge da necessidade de reflexão e pensamento clínicos decorrentes de sete anos de prática clínica em contexto prisional com sujeitos detidos por diversos crimes, entre os quais, o de homicídio conjugal.

Matar um ser humano com o qual se teve uma relação amorosa é um ato enigmático perante a busca constante de amor e um dos atos mais trágicos da vida humana privada e social. Existirá um “amor” homicida?

O homicídio conjugal define-se, de acordo com Borges (2011), como o homicídio de uma pessoa com a qual o homicida possui ou possuía um vínculo afetivo e amoroso formalizado por uma relação de intimidade oficial (casamento) ou não oficial (união de facto).

É inquestionável que o homicídio conjugal é um problema social relevante e, portanto, digno de ser estudado dada a sua magnitude, as suas repercussões sociais, afetivas e familiares e sobretudo pela sua necessidade de prevenção. Apesar dos dados estatísticos demonstrarem uma ligeira regressão nos casos de homicídio conjugal no ano de 2013, a sensibilização e a prevenção devem ser uma prioridade política e social.

Numa época em que impera a sensibilização mediática sobre as vítimas de violência física e psicológica e as vítimas de homicídio conjugal é pertinente refletir sobre a dinâmica complexa e multifatorial do par homicida / vítima, mas sobretudo sobre o homicida conjugal. Pensamos que a denúncia mediática não é suficiente para a compreensão e prevenção deste fenómeno humano dramático uma vez que, muitas vezes, centra-se numa descrição factual do acontecimento, deixando de parte a compreensão do PORQUÊ e do COMO? A denúncia apela sobretudo à indignação social e à anulação do pensamento sobre um problema social grave escolhendo a punição como estratégia defensiva. Para além disso, nestes relatos mediáticos é tendenciosa a associação entre a violência doméstica e o homicídio conjugal, o que faz com que se perca de vista as especificidades e a complexidade inerentes ao homicídio

conjugal. Também a revisão teórica revela uma tendência para o estudo deste fenómeno segundo numa visão reducionista dos fatores sociodemográficos e, por vezes, situacionais, descurando o aprofundamento e estudo dos fatores individuais e psicológicos (Lefèvre, 2006). De fato, a análise do estado da arte na área do homicídio conjugal revela uma lacuna ao nível da investigação sobre a previsibilidade/prevenção do ato homicida a partir da reflexão sobre o homicida conjugal e as especificidades do ato homicida conjugal. Tendo em consideração esta constatação, a presente investigação pretende alargar a discussão à pessoa que comete o ato e à prevenção centrada não na proteção da vítima, mas na compreensão e na intervenção com o potencial homicida. Assim, procurou-se aprofundar compreensão do ato homicida masculino à luz da perspectiva psicológica e dinâmica das relações de intimidade heterossexual, refletindo sobre a existência de um amor “homicida” e a psicodinâmica da passagem ao ato homicida conjugal. Centramo-nos no entendimento do fenómeno do homicídio conjugal na perspectiva de quem o cometeu por acreditarmos que as estratégias de prevenção atuais pecam pela leitura tendencial da perspectiva da vítima e respetiva proteção. Foi também nossa preocupação alcançar um estudo do homicídio conjugal para além das teorias de género, delineando-se como fenómeno único, específico e complexo.

Por conseguinte procurou-se um entendimento psicodinâmico complexo e multifatorial integrando o homicida conjugal como narrador privilegiado do seu ato e como promotor da compreensão das conjunções potenciadoras da passagem ao ato. Alguns estudos científicos alertam para a necessidade de englobar o estudo de determinadas constelações de fatores que levariam ao despoletar do ato homicida (Pais, 1998; Escard, Lancia & Faict, 2008; Forgues-Marceau, 2011). Daqui decorreria a possibilidade de previsibilidade e prevenção. Desta forma, na presente investigação a questão do homicídio conjugal vai para além da descrição dos fatores de risco não se subordinando às correntes de pensamento atuais que parecem cristalizar o pensamento na criminalização e na visão ideológica e jurídica.

Tendo por base o exposto, emerge a questão de partida: “O que leva um ser humano a matar outro ser humano que sente amar ou ter amado?”, que conduziu à formulação dos seguintes objetivos: analisar a dinâmica da relação afetiva e conjugal do homicida com a cónjuge ; identificar o eixo motivacional que legitima o mecanismo de passagem ao ato homicida conjugal; compreender as particularidades do funcionamento e conflito psíquicos do homicida conjugal presentes no processo de elaboração e

integração do ato homicida. Como abordagem de investigação optou-se por um estudo qualitativo dada a natureza, a complexidade e as especificidades do seu objeto, tendo os dados sido recolhidos através da entrevista semi-estruturada em contexto prisional. O tratamento e análise dos dados foram realizados através da análise de conteúdo, com a finalidade de atribuir um significado ao discurso dos sujeitos.

Esta dissertação encontra-se dividida em duas partes articuladas e complementares. A primeira parte diz respeito ao enquadramento teórico do estudo e é composta por três capítulos. Assim, no primeiro capítulo estuda-se o homicídio conjugal refletindo sobre as suas múltiplas designações e os fatores sociodemográficos; no segundo capítulo apresenta-se o homicida conjugal segundo uma abordagem psicodinâmica dando especial ênfase aos fatores psicológicos, situacionais e contextuais; no terceiro e último capítulo aborda-se a psicodinâmica da passagem ao ato homicida conjugal partindo da diferenciação de acting-out e passagem ao ato e das considerações sobre a passagem ao ato como ferida narcísica e respetivo eixo-motivacional. A segunda parte da presente investigação refere-se ao estudo empírico e é composto por quatro capítulos, nos quais se apresenta a investigação realizada e se reflete sobre os dados recolhidos.

Estando ciente da complexidade desta investigação, não se pode considerar que esta abarca a totalidade do objeto de estudo. O fenómeno do homicídio conjugal não pode ser descontextualizado das alterações sociais, económicas e tendências relacionais de cada sociedade e de cada época, para além das políticas de proteção da vítima e de igualdade de género existentes.

A pertinência da presente investigação advém desta se propor explorar uma visão pouco comum do entendimento psicodinâmico do ato homicida conjugal na perspetiva de quem o cometeu. O fato do estudo se centrar no olhar do homicida conjugal leva-nos a uma reflexão sobre as “entranhas” e o interior do fenómeno. Se em alguns momentos as constatações surgem humanamente dolorosas e evocam uma reatividade da parte do leitor, isto deve-se ao fato de termos procurado a “verdade de dentro” do olhar e do pensamento do homicida conjugal.

Porque se o que está realmente em causa é a prevenção da trágica morte da vítima é imperativo dar voz ao autor do homicídio.

## PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1 – O HOMICÍDIO CONJUGAL

*“ (...) Os dois foram, na anterior encarnação, casados e eram mulher e marido. Os pecados que fizeram foram grandes e escuros como os túmulos dos faraós. Deus castigou-os mandando-os de novo para a Terra, ambos homens. Ambos se tentaram de novo com o sangue e o pecado e, logo que desaparecerem, serão outra vez marido e mulher e então se verá...”*

Jornal o Crime 1988 - excerto de artigo “Não Matarás! – Crônicas de Bruxedo, Crime e Maldição”

Quando nos debruçamos sobre o estudo da ação mortal do homicida conjugal sobre a vítima com a qual existe ou existiu um vínculo afetivo e/ou amoroso, a literatura apresenta inúmeras designações. Segundo Borges (2011), “no caso de um homicídio que ocorre no contexto familiar, os autores referem-se a termos como “crime passionnal”, “homicídio conjugal”, “uxoricídio”, “mariticídio”, “filicídio”, “neonaticídio”, “familiaricídio” (p.8). As quatro primeiras denominações (crime passionnal, homicídio conjugal, uxoricídio, mariticídio) referem-se, em geral, ao homicídio de um(a) parceiro(a). A denominação desse tipo de homicídio e suas respetivas definições variam de acordo com o país, as culturas e as disciplinas (Borges, 2006; Weir, 1992, cit. in Borges, 2011).

Além disso, observa-se uma evolução ao longo do tempo na compreensão desta problemática sendo condicionada pelas mudanças sociais e políticas, bem como pelos interesses da investigação e das novas metodologias científicas.

Na verdade, a designação do homicídio da cónjuge, companheira ou ex-companheira está longe de reunir o consenso e a unanimidade entre os autores. Se por um lado algumas designações consideram o homicídio conjugal para além das questões de género, outras primam pelo cunho das teorias de género e dos movimentos feministas defendendo que o homicídio ocorre pelo facto de se ser mulher.

Nesta linha de pensamento, o homicídio, ou a tentativa de homicídio de mulheres pelas mãos dos maridos/companheiros/parceiros, atuais ou anteriores, deveria possuir uma tipificação penal autónoma e assenta em diferenças de género socialmente enraizadas sendo o expoente máximo da violência doméstica (Almeida, 2004).

No presente estudo, optámos pela designação de homicídio conjugal uma vez que, parece-nos ser esta a designação que permite uma reflexão para além das teorias de

gênero destacando a problemática do homicídio conjugal masculino nas relações de intimidade heterossexuais independentemente do tipo de vínculo (casamento ou união de fato) que une as duas partes implicadas e dos protagonistas estarem juntos ou separados (Borges, 2011; Forgues-Marceau, 2011).

Korn (2003) associa à relação conjugal os elementos afetivos e sexuais, o conflito relacional, a dinâmica relacional, a rutura e potencialmente o homicídio. Segundo o autor:

O homicídio conjugal implica habitualmente, uma relação afetiva e sexual que existe ou existiu entre as pessoas, que se apreciaram um ao outro e que sentiram um pelo outro, pelo menos num dado momento da experiência objetiva, atração e sentimentos amorosos e que, depois de uma situação conflituosa de natureza afetiva ou sexual, de rutura ou de crise conjugal ou de desentendimento crónico, uma delas vai, mais ou menos impulsivamente, matar a outra, independentemente dos prejuízos causados à sua própria pessoa. (Korn, 2003, p.22)

O homicídio cometido no interior da estrutura familiar pode ser de diferentes tipos de acordo com a multiplicidade de relações no seio da família. O homicídio conjugal masculino seria o mais frequente dos homicídios intrafamiliares sendo, regra geral, não consanguíneo e vitimando sobretudo as mulheres (Almeida, 2004). Alguns autores consideram que a família “ seria o local onde existe maior violência, mais do que qualquer outro meio social” (Pais, 1998, p.22), pelo espaço de privacidade e de silenciamento que inclui, bem como pelo profundo conhecimento das fragilidades dos vários elementos (Almeida, 2004).

Partindo da designação escolhida de homicídio conjugal constatou-se que existem duas perspetivas distintas na sua conceptualização (Forgues-Marceau, 2011). A primeira perspetiva “coloca o homicídio conjugal num continuum da violência conjugal, constituindo o homicídio como o culminar de uma dinâmica de violência no seio do casal” (Block, 2000, Campbell et al., 2003, Adams, 2007 cit. in Forgues-Marceau, 2011, p. 26). Na segunda perspetiva, insiste-se sobre a especificidade do fenómeno do homicídio conjugal salientando que é necessário diferenciá-lo da violência conjugal. No nosso entender, confundir o homicídio conjugal com a violência é uma visão redutora e limitada, o que nos levou a optar por esta segunda perspetiva como linha orientadora, na

compreensão do homicídio conjugal e dos múltiplos fatores que o diferenciam como fenómeno único e complexo<sup>1</sup>.

### **1.1. Fatores sociodemográficos do homicídio conjugal**

Alguns autores defendem que é a associação de fatores sociodemográficos, psicológicos, criminológicos, contextuais e/ou situacionais (Wilson & Daly, 1996; Lefebvre, 2006; Forgues-Marceau, 2011) que pode indiciar o elevado risco de letalidade e de possibilidade de passagem ao ato homicida.

As reservas manifestadas nos estudos sobre os fatores explicativos do homicídio conjugal centram-se no argumento de que a generalidade dos estudos contempla uma amostra relativamente restrita sendo discutível a possível generalização sobre as características dos indivíduos implicados nos casos de homicídio conjugal (Wilson & Daly, 1996; Eke, Hilton, Harris, Rice & Houghton, 2011 ; Gill, 2012), nomeadamente em termos do impacto individual, da ordem de prioridade de cada um dos fatores sociodemográficos e da associação entre eles.

No presente trabalho optámos por abordar sumariamente não só os fatores sociodemográficos, como também os fatores psicológicos e os fatores situacionais/contextuais por julgarmos que são estes os que complementam de forma mais aprofundada a compreensão psicodinâmica do homicida conjugal.

Os fatores sociodemográficos são particularmente estudados nas investigações sobre o homicídio conjugal e podem permitir delinear um perfil dos homens que cometeram esse tipo de homicídio. É dado especial destaque aos seguintes fatores: género, idade, diferença de idade entre o homem e a cónjuge, origem étnica, nível de escolaridade, tipo de emprego e estatuto conjugal (Lefebvre, 2006).

#### **1.1.1. Género**

Nos múltiplos estudos dedicados ao homicídio conjugal parece ser consensual que este se apresenta como um fenómeno de género na medida em que, na maioria dos casos, são os homens os homicidas e as mulheres as vítimas (Frigon, 1996; Boisvert, 1996; Wilson & Daly, 1998; DeJong, Pizarro & McGarrell, 2011; Mize, Shackelford & Shackelford, 2009). No entanto, DeJong et al. (2011) referem que a compreensão do

---

<sup>1</sup> Ver Anexo I sobre breve retrato jurídico e estatístico do homicídio conjugal a partir de dados publicados pela Direção Geral da Política da Justiça [DGPJ] e pela União de Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR].



homicídio conjugal à luz da teoria da desigualdade de género não seria suficiente para perceber a complexidade deste fenómeno.

### ***1.1.2. Idade***

Dugan, Nagin e Rosenfeld (2003) alertam para o fato de que, apesar da idade ser um fator sociodemográfico a contemplar, existe uma variação acentuada em função das análises estatísticas realizadas. Para estes autores, a taxa de homicídios conjugais estaria altamente concentrada na faixa etária dos 20 aos 44 anos. Esta variação é evidente quando nos debruçamos nos dados publicados pela UMAR nos quais verificamos que este fator apresenta oscilações ao longo dos anos. No ano de 2013, em Portugal, a faixa etária onde se observou uma maior prevalência dos homicídios conjugais foi no grupo etário dos 51 aos 64 anos seguido do grupo dos 36 aos 50 anos. Dada a diversidade de idades que os estudos apresentam, é possível concluir que “o crime conjugal não tem idade” (Boisvert, 1996, p. 78).

### ***1.1.3. Diferença de idade entre o homem e a cónjuge***

Um dos fatores que parece ser consensual entre os autores é a diferença de idades entre o homem e a cónjuge, sendo prevalente a ocorrência do homicídio conjugal quando a mulher é mais nova do que o homem (Wilson & Daly, 1996; Serran & Firestone, 2004; Shackelford, Buss & Peters, 2000; Shackelford, Buss & Weekes-Shackelford, 2003; DeJong et al., 2011) e quanto maior é a diferença de idades (Wilson & Daly, 1996; Shackerfold, 2001).

Shackelford et al. (2000) concluem que existe não só uma sobrerrepresentação das mulheres mais jovens nos homicídios conjugais, como também que as mulheres em idade reprodutiva possuem um risco mais elevado de homicídio do que as mulheres em idade não reprodutiva, e finalmente que as mulheres jovens, mesmo estando numa relação marital e conjugal, correm o mesmo risco de homicídio que as mulheres numa relação de união de fato ou namoro.

Este fenómeno seria explicado pelo facto das mulheres mais novas terem um maior valor reprodutivo para os homens levando-os a agir no seguimento de um intenso ciúme, de uma necessidade de controlo perante os outros homens e de um sentimento

intenso masculino de propriedade sexual e de coerção (Wilson & Daly, 1996; Shackelford et al., 2003).

Nesta perspetiva, a idade da mulher acabaria por estar associada a um estatuto reprodutivo. Como este estatuto, à medida que as mulheres envelhecem, diminui perante o olhar do companheiro diminuiria também o risco de homicídio (Mize, Shackelford & Weekes-Shackelford, 2011).

#### ***1.1.4. Estatuto conjugal/ Tipo de união***

São múltiplos os investigadores que alegam uma possível relação entre o tipo de união existente e o maior risco de ocorrência do homicídio conjugal e que sublinham que a percentagem mais elevada dos homicídios conjugais encontra-se nas uniões de facto (Wilson, Daly & Wright, 1993; Wilson & Daly, 1996; Shackelford, 2001; Eke et al., 2011; Mize et al., 2009). Segundo Shackelford (2001) a probabilidade de ocorrência de um homicídio conjugal seria nove vezes superior numa união de fato do que numa relação marital. O tipo de união associado à faixa etária da vítima e do homicida aumentaria a probabilidade do ato homicida.

Mize et al. (2009) referem também uma correlação entre a união de fato e o aumento da violência inerente ao ato homicida. Numa relação de união de fato, as mulheres de meia-idade estariam sobre uma maior ameaça de ser alvo de um ato homicida (Shackelford, 2001; Wilson & Daly, 1996). Em contrapartida, na relação marital o risco diminui à medida que aumenta a faixa etária da mulher, sendo as mulheres jovens as mais vulneráveis a um ato homicida (Wilson et al., 1993; Wilson & Daly, 1996). Isto poderia ser decorrente da união de fato ser menos securisante para o homem e desencadear mais ciúmes do que na relação marital (Mize et al., 2009). Neste contexto, o casamento surge, pelo seu carácter de união associado a um contrato, como mais securisante aos olhos do homem, ao contrário da união de facto que seria entendida como mais frágil e de fácil dissolução.

Wilson e Daly (1996) vão ainda mais longe e referem que, nas uniões de facto, os homens estão menos seguros do seu direito de propriedade sobre a mulher do que no casamento. Consideram também que as uniões de facto se encontram muitas vezes associadas a fatores sociais de maior precariedade para além de não existir a preocupação da descendência, sinónimo de solidez e continuidade da relação conjugal, presente no casamento.

### ***1.1.5. Outros fatores***

No estudo sobre os fatores de risco para a ocorrência do homicídio conjugal podemos nomear outros fatores sociodemográficos tal como o estatuto sócio-económico, a pobreza e o contexto social deestruturado (Wilson & Daly, 1996; Boisvert, 1996; Forgues-Marceau, 2011; Dobash, Dobash, Cavanagh, Smith & Medina-Ariza, 2007; DeJong et al., 2011). DeJong et al. (2011) destacam a pobreza associada à desigualdade de género e a aceitação da violência como fatores presentes nestes contextos mais desfavorecidos. No seu estudo sobre o homicídio conjugal em Portugal, Pais (1998) constata que o homicídio conjugal seria um crime dos estratos sociais mais baixos (86,6% dos estratos médio-baixo e estrato baixo) referindo que, apesar destes resultados, não poderíamos fixar o homicídio conjugal numa única classe e deixar de considerar a transversalidade do fenómeno por classe social. Salienta também que, em 1995, 50% dos homicidas conjugais entrevistados possuíam um nível baixo de habilitações académicas, sendo predominante o ensino primário. Por seu lado, Farooque, Stout e Ernst (2005) e Lefebvre (2006) referem que, comparativamente aos sujeitos que cometeram outro tipo de homicídio, os homicidas conjugais possuem uma escolaridade mais elevada.

Em forma de conclusão, parece existir um consenso entre os autores relativamente ao facto de, nos homicídios conjugais, as mulheres serem frequentemente as vítimas e os homens os homicidas. Em relação aos restantes fatores, como a idade, a diferença de idades entre os cônjuges, o tipo de estatuto conjugal não se apresentam como fatores estáveis de análise (Wilson & Daly, 1996).

## **2 – O HOMICIDA CONJUGAL A PARTIR DA ABORDAGEM PSICODINÂMICA**

*“(…) embora nada seja mais fácil que denunciar um criminoso, nada é mais difícil que compreendê-lo.”*

Dostoiévski - Crime e Castigo

Este capítulo dedica-se à compreensão psicodinâmica, intersubjetiva e intrapsíquica do homicida conjugal masculino e da passagem ao ato contra o objeto de amor.

A ação mortal contra a cônjuge independentemente dos prejuízos causados à própria pessoa é o que distingue o homicida conjugal e o seu tipo de crime do resto da criminalidade, uma vez que os autores dos crimes procuram, na generalidade, salvar-se com o mínimo de consequências negativas para si próprios (Korn, 2003).

### **2.1. Fatores psicológicos**

O estudo dos fatores psicológicos aponta para uma falta de consenso, entre os autores, sobre a sua implicação na compreensão dos homicidas conjugais, sendo descritos como homens sem história (Forgues-Marceau, 2011), indivíduos com uma boa capacidade de adaptação à sociedade e que não apresentam comumente uma patologia mental diagnosticada que permita considerar a existência de inimizabilidade (Blackburn & Côté, 2001). Assim, a generalidade dos homicidas conjugais possuiriam uma boa saúde mental e seriam responsáveis pelos seus atos (Boisvert, 1996) podendo, segundo estes autores, contestar a atribuição da inimizabilidade ao ato homicida conjugal.

No nosso entender, e considerando o fenómeno do homicídio conjugal na sua complexidade e multifatorialidade, é pertinente estudar alguns fatores psicológicos, tais como as vivências traumáticas na infância, o tipo de vinculação e a prevalência de determinadas características de personalidade do homicida conjugal.

#### **2.1.1. Vivências traumáticas na infância**

Apesar de não haver consenso na investigação sobre a existência ou não de problemas significativos na história de vida do homicida conjugal, os antecedentes de violência física como vítima ou como testemunha da violência na família de origem são referenciados como fatores associados à manifestação posterior da violência na dinâmica conjugal (Dutton, 1998a; Blackburn & Côté, 2001; Belfrage & Rying, 2004).

As experiências “traumáticas” dos homicidas conjugais seriam caracterizadas pela vivência de violência na infância (negligência, violência física, sexual ou outra) bem como por separações difíceis de entes queridos e mais especificamente da mãe (Dutton, 2001), pelas vivências precoces de institucionalização numa família de acolhimento e separação da família de origem ou pela existência de uma figura paterna ausente ou pouco presente (Lefebvre, 2006) ou ainda pelo confronto com a rejeição e o abandono pelos pais em idade precoce (Blackburn & Côté, 2001).

Estes aspetos potenciariam uma vinculação insegura, a imitação e aquisição de hábitos agressivos, mas também a instalação de estados disfóricos (depressão, raiva crónica). O sujeito desenvolveria um estilo atribucional de culpabilização da vítima, estratégias defensivas como a externalização e a projeção, e finalmente uma tendência para a ruminação e acumulação de tensões internas. Em suma, estas vivências dariam azo à construção de uma personalidade abusiva (Dutton 1998a, 2001) e a manifestações precoces de comportamentos antissociais e atos homicidas na idade adulta (Dobash et al., 2007). Deste modo, o comportamento agressivo surge como uma estratégia do ego para a descarga de tensões interiores e a prevenção do colapso do ego.

Autores como Blackburn e Côté (2001) e Lefebvre (2006) consideram que o facto de ter sido exposto à violência durante a infância é uma característica que pode permitir algumas inferências relativamente aos atos de violência conjugal em geral, mas não especificamente aos atos homicidas conjugais.

### ***2.1.2. Tipo de vinculação***

Uma vez que o homicídio conjugal ocorre num contexto particular onde está ou esteve presente uma relação amorosa atual ou passada, parece-nos adequado ponderar a hipótese que os homicidas conjugais vivenciam um tipo de vínculo particular com a vítima ou mostram dificuldades particulares no plano da vinculação (Forgues-Marceau, 2011).

São vários os estudos em que se aprofunda a relação entre vinculação e a violência conjugal (Dutton & Kerry; 1999; Perreault, 2000; Escard, Lancia, & Faict, 2008; Carraud et al., 2007 cit. in Forgues-Marceau, 2011), embora não existam estudos sobre a compreensão do tipo de vinculação dos homicidas conjugais, aspeto que nos parece merecedor de futuras investigações.

Num estudo comparativo sobre o tipo de vinculação e a diferenciação de si de homens em tratamento devido a violência conjugal contra a cónjuge e os homens da

população em geral, Perreault (2000) conclui que os agentes de violência conjugal possuíam um tipo de vinculação preocupado<sup>2</sup> e receoso<sup>3</sup>. Este autor aborda ainda um terceiro grupo que, apesar de ser menos significativo, importa referir que seriam os indivíduos com um estilo desvinculado<sup>4</sup>. Um dos dados interessantes a realçar no estudo de Perreault (2000) é o fato de que, quando avalia o nível de fusionalidade existente nos homens com tendência para a passagem ao ato, não são encontradas diferenças significativas com os homens da população em geral.

Alguns autores associam o estilo de vinculação insegura, que engloba a vinculação receosa, preocupada e desvinculada, com os níveis elevados de angústia face ao abandono e de evitamento das relações de intimidade dos homens violentos e dos homicidas conjugais (Carraud et al. 2007 cit. in Forgues-Marceau, 2011; Dutton & Kerry, 1999).

### ***2.1.3. Prevalência de características de personalidade***

O estudo sobre a prevalência de características de personalidade realça a complexidade da compreensão do homicida conjugal e do ato cometido e o largo espectro de análise aplicado pela comunidade científica.

Korn (2003) defende que compreensão do homicida conjugal deve basear-se no tipo de ato ou no seu “modus operandi” e na sua finalidade, no conhecimento do autor e da vítima, ou ainda no carácter repetitivo do ato homicida. Refere que o homicídio conjugal está raramente associado a uma “patologia psiquiátrica” diagnosticada, o que não anula a prevalência e a comorbilidade de perturbações de personalidade do espectro passivo-agressivas, dependentes, e antissocial (Dutton 1998; Blackburn &

---

<sup>2</sup> Os indivíduos com um vínculo preocupado possuem um modelo de representação de si negativo e um modelo de representação positivo dos outros. Possuem uma baixa auto-estima, mas consideram desejável o contacto com os outros. Procuram ansiosamente a aceitação, o reconhecimento e a validação da parte dos outros e a dependência achando que poderiam alcançar a segurança. Tendem a culpar-se pela falta de amor dos outros. A associação entre uma representação mental negativa sobre si e um nível de ansiedade de abandono elevada nas relações e uma fraca auto-estima poderia aumentar os comportamentos violentos. Isto significa que existiria nos homens com tendência para a passagem ao ato violento, uma alteração ou mesmo uma imaturidade nas representações cognitivas tornando-os mais vulneráveis perante as relações de intimidade igualitárias e baseadas na confiança.

<sup>3</sup> Os indivíduos com um vínculo receoso possuem modelos negativos de si e dos outros. Tal como os indivíduos com um estilo preocupado são fortemente dependentes da aceitação e da afirmação dos outros. No entanto, vivem continuamente o vínculo com o outro com desconfiança com receio de serem rejeitados. Evitam assim a intimidade com o objetivo de prevenir a dor associada à perda do objeto. Mostram-se como vulneráveis e duvidam de si próprios.

<sup>4</sup> Os indivíduos com um estilo desvinculado parecem caracterizar-se por um modelo positivo de si e um modelo negativo dos outros. Evitam a intimidade devido às suas expectativas negativas. No entanto, mantêm um sentido do seu próprio valor negando defensivamente a importância das relações de intimidade, protegendo assim a sua fragilidade de toda a potencial ferida provocada pelos outros. São frequentemente independentes, racionais e sarcásticos e demonstram uma frieza nas relações afetivas e conjugais.

Côté, 2001; Dutton, 2001; Malmquist, 1996 cit. in Lefebvre, 2006; Belfrage & Rying 2004), perturbações borderline com sintomatologia dissociativa (Blackburn & Côté, 2001; Lefebvre, 2006; Belfrage & Rying, 2004); perturbações de personalidade do espectro paranoide e narcísico (Bénézech, 1987 cit. in Lefebvre, 2006; Belfrage & Rying, 2004; Lagache, 1997, Blinder, 1985, Malmquist, 1996 cit. in Lefebvre, 2006), perturbação depressiva major (Chocard, 2002; Lefebvre, 2006); perturbações do espectro psicótico e síndrome psicótico inespecífico (Belfrage & Rying, 2004; Farooque et al., 2005) e finalmente perturbações psicopáticas (Dutton & Kerry, 1999).

Parece ser consensual a afirmação de que os homicidas conjugais possuem personalidades patológicas complexas (Bénézech, 1987 cit. in Lefebvre 2006).

Alguns autores sublinham a existência de uma maior prevalência das perturbações de personalidade associadas ao homicídio conjugal, e mais especificamente, as perturbações passivos-agressivas, perturbações dependentes, perturbações anti-sociais e as perturbações borderline (Dutton 1998; Blackburn & Côté, 2001; Dutton, 2001; Malmquist, 1996 cit. in Lefebvre, 2006; Belfrage & Rying, 2004).

Num número significativo de casos, os homicidas conjugais teriam vivenciado traumatismos numa idade precoce apresentando por isso perturbações de personalidade do espectro passivo-agressivo, dependente ou evitante (Dutton, 2001). O autor caracteriza este grupo de “sobrecontrolados” que prevaleceria ao tipo de homem violento com características de personalidade borderline (Dutton, 1998a). De facto, Dutton e Kerry (1999) concluíram que a generalidade dos homicidas conjugais não possuía um historial criminoso agressivo.

Nesta linha de pensamento sobre as perturbações de personalidade inerentes ao individuo capaz de cometer homicídio conjugal, Malmquist ( 1996 cit. in Lefebvre, 2006) realça a perturbação de personalidade limite<sup>5</sup> ou dependente<sup>6</sup>. Segundo Lefebvre (2006) e Blackburn e Côté (2001) não sendo as perturbações de personalidade limite exclusivas dos homicidas conjugais o que é de sublinhar, é que também eles possuiriam traços de personalidade que, quando associados a outras variáveis como a separação conjugal ou um passado marcado pelo abandono ou acontecimentos potencialmente traumáticos, criariam um terreno propício aos sintomas dissociativos face à

---

<sup>5</sup> Nas perturbações de personalidade limite são predominantes os sentimentos de cólera intensa e de abandono face à eventualidade da perda ou a perda efetiva da cónjuge.

<sup>6</sup> Nas perturbações dependentes podemos observar sentimentos de desespero, frustração ou mesmo sentimentos depressivos e ansiosos face à eventualidade da perda ou a perda efetiva da cónjuge

impossibilidade de reatar a relação e eventualmente ao despoletar da passagem ao ato homicida.

Para além das perturbações de personalidade borderline, outros autores fazem alusão aos traços de personalidade paranoides, histriónicos, limite e narcísicos nos homicidas conjugais.

No âmbito das perturbações de personalidade narcísicas Bénézech (1987 cit. in Lefebvre, 2006), um dos autores de referência no estudo dos homicidas conjugais, descreve os homicidas conjugais como indivíduos que apresentam perturbações nos seus relacionamentos interpessoais prevalecendo o egocentrismo, o sentimento de ter direito sobre a cónjuge, a dependência e a necessidade excessiva de ser tranquilizado, a oscilação entre a idealização e a desvalorização do outro, a falta de empatia face aos sentimentos do outro e a incapacidade de suportar o abandono. A vinculação seria ambivalente oscilando entre sentimentos de amor e de ódio. Seriam indivíduos que quando confrontados com a possibilidade de rutura da relação objectal narcísica com a cónjuge, sendo a cónjuge o espelho de si próprio, viveriam perturbações graves na estabilidade e coerência do sentimento de Si. A perda significaria assim um perigo vital. Face à evocação da ferida narcísica decorreria o ciúme patológico, a angústia, o ódio, a revolta e uma enorme perturbação uma vez que o indivíduo sentir-se-ia perdido e sem objeto (Bénézech, 1987 cit. in Lefebvre, 2006).

Em relação aos traços de personalidade paranoides, alguns homicidas conjugais possuíam traços esquizoides ou paranoides associados a um delírio de ciúme ou viveriam uma depressão psicótica (com delírios e alucinações) sendo os delírios sobretudo de cariz paranoide do tipo persecutório (Lagache, 1997, Blinder, 1985 e Malmquist, 1996 cit. in Lefebvre, 2006)<sup>7</sup>. No entanto, os homicidas conjugais quando comparados com homens que cometeram violência conjugal, apresentam menos frequentemente uma perturbação de personalidade paranoide (Lefebvre, 2006).

A existência de sintomatologia depressiva inerente à patologia mental do homicida conjugal parece ser um dos aspetos de consensualidade entre alguns autores (Chocard, 2002; Belfrage & Rying, 2004; Lefebvre, 2006,). Neste contexto, sublinha-se a existência de uma perturbação depressiva major (Lefebvre, 2006) e a presença de

---

<sup>7</sup> A passagem ao ato surgiria no seguimento da acumulação de vivências paranoides silenciosas. No silêncio paranoide o indivíduo acaba por se convencer que existe uma intencionalidade da parte da cónjuge em provocar o seu dano pessoal e ameaçar a sua liberdade, a sua vida ou a sua virilidade. A justificação da sua ação como reação defensiva surge por sentir-se vítima e vulnerável face ao sofrimento infligido propositadamente pela cónjuge.



sintomas depressivos sem delírio (Chocard, 2002). Deste modo, a sintomatologia depressiva pode preceder o ato homicida estando muitas vezes associada a um risco elevado de suicídio e/ou tentativas de suicídio no seguimento do crime (Chocard, 2002).

Subjacente ao estudo da prevalência das características de personalidade dos homicidas conjugais surge ainda a referência às perturbações do espectro psicótico (Farooque et al., 2005) e à síndrome delusional e síndrome psicótico inespecífico (Belfrage & Rying, 2004).

Na revisão bibliográfica realizada, apurámos que um dos aspetos que recolhe unanimidade entre os autores, é o fato das perturbações antissociais, psicopáticas e sociopatas serem as patologias com menor representatividade no homicídio conjugal (Kalichman, 1988; Dutton, 2001; Belfrage & Rying, 2004).

Dutton e Kerry (1999), estabelecem uma relação entre o tipo de homicídio conjugal e os traços de personalidade psicopática, referindo que, quando estes traços estão presentes na estrutura de personalidade do homicida conjugal, o crime surgiria com um cariz instrumental e funcional.

## **2.2. Fatores situacionais e contextuais**

Forgues-Marceau (2011) define os fatores situacionais como fatores presentes na dinâmica da relação, no contexto e circunstâncias do homicídio conjugal. Destacamos os antecedentes de violência na relação conjugal ou outros comportamentos hetero-agressivos, o processo de separação conjugal e a infidelidade. A estes é possível agregar o controlo/possessividade e o ciúme na relação conjugal, bem como a existência de consumo de substâncias psicoativas.

Para os investigadores parece ser consensual que o estudo dos fatores situacionais/ contextuais é essencial para a compreensão do homicídio conjugal sublinhando a necessidade de uma atenção particular para a natureza e o impacto do vínculo afetivo do homicida conjugal com a cónjuge (Borges, 2006). É de frisar também, que o nosso olhar perante estes fatores, faz com que os consideremos não como explicativos da totalidade do fenómeno, mas sim como dimensões que contribuem para a compreensão do homicídio conjugal.

### **2.2.1. Da violência conjugal e da conflitualidade ao homicídio conjugal**

A violência conjugal é um dos fatores situacionais que convoca mais divergências entre os investigadores do fenómeno do homicídio conjugal.

São vários os autores (Dugan et al., 2003; Drouin & Drolet, 2004; Serran & Firestone, 2004; Belfrage & Rying, 2004; Farooque et al., 2005; Forgues-Marceau, 2011; Eke et al., 2011), que concebem o homicídio conjugal como a última e mais grave etapa da violência física contra a cónjuge.

Nesta perspetiva, o homicídio conjugal poderia ser considerado como um subproduto da rotina da vida a dois (Goode, 1969 cit. in Wilson & Daly, 1996). Esta visão do homicídio conjugal é friamente ilustrada por Goode (1969 cit. in *idem*) da seguinte forma: “Porquê a violência entre os cônjuges? Porque estão juntos!”.

Nesta linha de pensamento o homicídio conjugal deveria ser entendido como um epifenómeno de tendências masculinas de coerção física e mental encontrando-se pontos comuns entre a violência letal e não letal relativamente à sua motivação, à dinâmica conjugal, às circunstâncias e à história conjugal. Daí seria decorrente o grau de severidade e frequência dos episódios de violência masculina contra a mulher.

Este continuum da violência conjugal e da conflitualidade que culminaria no homicídio conjugal é questionado por alguns autores (Blackburn & Côté, 2001; Aldridge & Browne, 2003, Gartner, Dawson & Gratner, 1999, Côté, Hodgins & Toupin, 1999 cit. in Forgues-Marceau, 2011; Drouin & Drolet, 2004; Belfrage & Rying, 2004; Lefebvre, 2006) sublinhando o facilitismo desta correlação pelo fato de, apenas uma baixa percentagem de homicídios conjugais poder ser explicada pelo continuum da violência, uma vez que muitas mulheres, apesar de violentadas pelo seu cónjuge, não acabam por ser mortas. Quais os fatores de risco que permitem diferenciar a violência conjugal mortal (Blackburn & Côté, 2001), da violência conjugal que não termina num homicídio?

Para além disso, é de salientar que, “apesar da violência conjugal ser muitas vezes explicada segundo um ciclo e uma escalada, a passagem súbita para uma violência potencialmente homicida pode acontecer sem existir etapas intermédias de violência” (Drouin & Drolet, 2004, p. 13). Isto questiona a pertinência das escalas de avaliação de risco, e a possibilidade de previsibilidade e de prevenção (Belfrage & Rying, 2004) dos homicídios conjugais uma vez que “são poucos os homens violentos que acabam por matar a sua parceira apesar das características atribuídas à violência

conjugal não mortal e mortal serem muitas vezes as mesmas” (Forgues-Marceau, 2011, p. 26).

Nesta perspectiva:

Não existe qualquer evidência estatística de que as mulheres alvo de violência conjugal seriam mais mortas do que as mulheres que não foram alvo de violência conjugal para além de que aproximadamente metade das mulheres alvo de homicídio por parte do cônjuge nunca teria sido alvo de violência física antes de ser cometido o homicídio (Belfrage e Rying, 2004, p.123)

Parece-nos, também, que abordar a violência conjugal como um sintoma pronunciador da eventualidade de passagem ao ato homicida, faz com que sejam anuladas as especificidades do indivíduo capaz de passar ao ato homicida associando-o ao indivíduo violento. Na verdade, Lefebvre (2006) conclui, no seu estudo comparativo entre indivíduos que cometeram homicídio conjugal e indivíduos que cometeram violência conjugal, que as diferenças obtidas indicam que se trata de grupos distintos<sup>8</sup>.

Numa tentativa de salientar as especificidades deste fenómeno, alguns autores (Blackburn & Côté, 2001; Serran & Firestone, 2004; Dugan et al., 2003) destacam a conflitualidade severa na relação afetiva e conjugal para o culminar no homicídio conjugal.

### ***2.2.2. Separação conjugal – A perda do objeto de amor, ciúme e cólera***

É consensual entre os autores que a separação conjugal é um dos fatores situacionais que comporta um risco de morte muito elevado (Wilson et al., 1993; Wilson & Daly, 1996; Dugan et al., 2003; Belfrage & Rying, 2004). Belfrage e Rying (2004) referem que 40% dos homicídios conjugais ocorreram no seguimento de uma separação. Segundo os autores, o homicídio conjugal decorreria pouco tempo depois da separação, o que leva a considerar o período da separação como sendo o período mais significativo de risco do homicídio conjugal, sendo este maior nos três meses seguintes (Lefebvre, 2006).

---

<sup>8</sup> De fato, os homicidas conjugais são descritos como menos impulsivos, menos rancorosos, com um menor número de relações interpessoais instáveis e com uma menor dificuldade de controlar a sua cólera do que os indivíduos que cometeram violência conjugal. Possuíam um menor historial de comportamentos hetero-agressivos e de violência conjugal, centrando-se sobretudo nas ameaças e na perseguição, ao contrário dos indivíduos que cometeram violência conjugal.

Wilson e Daly (1996) apresentam como um dado adquirido que, ao existir o objetivo de limitar a autonomia da c njuge através da violência,   previsível que a tentativa de separação ou a separação efetiva provoque uma intensificação da conflitualidade do casal. Nesta perspetiva, quando o homicida age contra a c njuge, a motivação não seria a de aniquil  la, mas antes a de desmobiliz  la do objetivo da separação. Matar seria um absurdo, quando o que o homicida deseja, em primeira mão, é preservar a sua c njuge. Na verdade, é sublinhada a contradição sobre o porquê mat  la quando o homicida não suportaria viver sem a sua c njuge e a morte equivaleria a uma rutura definitiva de toda a possibilidade de relação. Nesta linha de pensamento, o ato homicida conjugal é um dos atos criminosos que serve menos os objetivos daquele que o comete. Dutton (2001) explica esta contradição entre o quer manter a c njuge próxima e a morte desta, com o impacto do sentimento de abandono daquele que se v  afastado do seu objeto de amor.

Esta relação significativa entre a separação e o homicídio conjugal surge na medida em que emergem fatores associados como a reação de cólera ou de ciúme intensos face   separação (Farooque et al., 2005), suspeita de infidelidade (Lefebvre, 2006; Borges, 2011) ou um sentimento profundo de rejeição e de abandono (Blackburn & Côté, 2001).

Ainda em relação ao ciúme e suspeita de infidelidade, Ronin (2012) realça no seu estudo sobre o ciúme patológico, a correlação existente entre o ciúme, a cólera e o receio de infidelidade. Para este autor a existência de ciúme tido como patológico constitui um fator de risco de violência mais elevado uma vez que as ideias delirantes levam a um desejo incontornável de confirmar a d vida ao mesmo tempo que se instala no sujeito a convicção inabalável da infidelidade e da traição por parte da c njuge. Quando o ciúme é considerado como o motor do ato homicídio, confrontamo-nos com a designação de crime passional e com a leitura jurídica diferenciada<sup>9</sup>.

Por outro lado, a apologia do período de separação como o período de maior probabilidade para a ocorrência do homicídio conjugal é questionada por alguns autores,

---

<sup>9</sup> Ao longo das épocas o crime passional foi muitas vezes alvo da clemência nos tribunais. Temos o exemplo português de Vieira de Castro que matou a mulher quando confrontado com o adultério e que é intitulado por Camilo Castelo Branco como “esse mártir da loucura da honra” que, por sua vez, tinha uma relação adultera com Ana Plácido!. O homicídio considerado passional foi, durante muito tempo, sujeito a uma diminuição da severidade da pena atribuída à luz da lei (por exemplo a designação de homicídio privilegiado contemplado no Art.133 do Código Penal considera como uma redução da pena “Quem matar outra pessoa dominado por compreensível emoção violenta, compaixão, desespero ou motivo de relevante valor social ou moral, que diminuem sensivelmente a sua culpa, é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos”) ou à luz dos fatos e circunstâncias tidas como atenuantes.

uma vez que apenas uma baixa percentagem de mulheres que se separam dos cônjuges são mortas pelos mesmos (Serran & Firestone, 2004) e que as vítimas correm um maior risco de serem mortas quando estão numa relação afetiva e conjugal do que quando se encontram separadas (Eke et al., 2011).

### ***2.2.3. Controlo e possessividade***

Wilson e Daly (1996), Boisvert (1996), Lefebvre (2006), Mize et al. (2009) e Mize et al. (2011) consideram que a generalidade dos casos de homicídio conjugal surge num contexto conjugal onde existe um vínculo entre o homem e a mulher designado por “possessividade sexual masculina” e de violência letal sendo patente um desejo de domínio sexual, reprodutivo, afetivo e económico. As teorias da propriedade masculina, de auto-defesa e de complexo de honra acabam por estar bastante associadas à compreensão das diferenças de género no homicídio conjugal. (Serran & Firestone, 2004; Pérez, Páez & Navarro-Pertusa, 2005). A possessividade do homem correspondia a um estado de espírito que incluía o ciúme, e a tendência para controlar a cónjuge, através da coerção física e mental, com o objetivo de evitar adultério da parte da mesma (Lefebvre, 2006). Goetz, Shackelford, Romero, Kaighobadi e Miner (2008) vão mais longe argumentando que o homicídio conjugal, premeditado ou por acidente, é muitas vezes um comportamento do ciúme sexual masculino motivado pela incerteza da paternidade.

No entanto, Serran e Firestone (2004) criticam a teoria da propriedade masculina alertando para uma visão redutora ao excluir fatores como a personalidade, fatores de vida destabilizadores, história pessoal e familiar e suporte social.

### ***2.2.4. Consumos de álcool e outras substâncias psicoativas***

Os consumos de álcool e outras substâncias psicoativas são um fator frequentemente referido nos estudos sobre o homicídio conjugal (Korn, 2003; Farooque et al., 2005; Borges, 2006; Lefebvre, 2006). Não obstante, é de realçar de que a causa para os homicídios conjugais não advém do consumo destas substâncias, mas antes do impacto que estas provocam no homicida conjugal (Borges, 2006).

Parece-nos que o consumo de álcool e substâncias deve ser visto como um fator de risco que, quando é coincidente com outros fatores e tendo em conta as circunstâncias e o contexto em que o indivíduo consome, poderá despoletar a passagem ao ato homicida.

Para Farooque et al. (2005) o uso de substâncias, o estado alterado de consciência provocado pelas mesmas e a sua associação com a existência de sintomatologia psicótica são os fatores preponderantes para o despoletar do ato homicida. O tipo de método utilizado e o grau de violência do mesmo para consumar o ato homicida estariam também correlacionados com o excesso de uso de substâncias.

Korn (2003) defende que muitas vezes o álcool e estupefacientes ingeridos pelo “homicida candidato” são uma espécie de “tratamento” e de “auto-terapia” para fazer face ao seu estado ansioso-depressivo, à sua solidão afetiva e ao seu stress moral, sendo que cerca de 30% a 40% encontravam-se sobre o efeito do álcool no momento da passagem ao ato homicida. Na perspectiva deste autor:

Os consumos de álcool e estupefacientes podem mesmo chegar a ser ingeridos de forma voluntária pelo sujeito de modo a assumir uma ideação homicida existente e que está à espera de uma oportunidade para ser ativada sobre a forma de uma palavra, de um gesto, de um insulto, de uma humilhação, de um sorriso lido como uma marca de desprezo, um silêncio entendido como uma intenção de partida, de um fim de relação, de um amor que morreu (Korn, 2003, p. 31).

Outro dado interessante de sublinhar é o fato de que, comparativamente a outros homicidas, os homicidas conjugais têm menos antecedentes criminais, são menos impulsivos e têm menos problemas de consumos de álcool. No entanto, quando comparados com sujeitos que cometeram violência conjugal, não apresentam diferenças significativas relativamente ao abuso e à dependência do álcool e droga ao longo da sua vida e antes do crime (Lefebvre, 2006).

Ao longo do estudo sobre as investigações mais significativas fica patente a complexidade do entendimento da estrutura de personalidade do homicida conjugal bem como dos fatores que, ao se conjugarem, poderão levar à passagem ao ato homicida conjugal.

### 3 – A PSICODINÂMICA DA PASSAGEM AO ATO HOMICIDA CONJUGAL

*“Ele só se assassina a si mesmo”.*  
Lacan sobre o filme L’Assassin  
musicien de Benoit Jacquot

*“Só existimos - dizia ele – quando fazemos”.*  
Afonso Cruz-Para Onde vão os Guardas Chuvas

O entendimento psicodinâmico da passagem ao ato homicida contra o objeto de amor e a reflexão sobre o respetivo eixo-motivacional parece-nos essencial para a ação preventiva. O ato criminoso pode ser concebido segundo uma realidade exterior determinada pelas interpretações jurídicas e sociais e uma realidade interna, intersubjetiva, intrapsíquica e moral. Estas duas realidades interagem e integram uma diversidade de campos disciplinares tais como a justiça, a psicopatologia e a criminologia (Escard et al., 2008).

Segundo Borges (2006) pensar sobre a passagem ao ato no homicídio conjugal leva-nos à diferenciação inicial de violência, agressividade e perigosidade<sup>10</sup>. O ato violento seria a instância última da expressão da agressividade.

De modo a complementar esta perspetiva, este mesmo autor considera também essencial a diferenciação de Bergeret (1994) entre violência fundamental<sup>11</sup> e agressividade<sup>12</sup> para ser possível a avaliação e a compreensão claras do ato violento e intervir de forma adequada junto daquele que agiu. Numa perspetiva de desenvolvimento da afetividade do sujeito existiria um primeiro momento da vida psíquica associado à relação consigo próprio (narcisismo primário) e onde estaria inscrito o instinto de proteção e um segundo momento de relação com os objetos externos - objetos de amor - onde seria evocado o grau de integração e estruturação das pulsões libidinais. Ao existir uma má integração dos elementos da violência fundamental e das pulsões libidinais pode se instalar um conflito psíquico. Surge a agressividade que não é mais do que um encontro entre uma parte do instinto de

---

<sup>10</sup> Assim, “a agressividade corresponde à expressão de uma pulsão cujo controlo é incerto. Posiciona-se no registo da expressão pulsional e da expressão dos afetos. A violência remete-nos para atos reais contra o outro e não atos fantasmáticos que poderiam atingir a integridade física. Em contrapartida, a perigosidade de uma pessoa evoca um estado no qual esta é suscetível de cometer um ato violento, delineando-se a probabilidade de um gesto violento contra si próprio ou contra o outro” (Millaud, Roy, Gendron & Aubut, 1992 cit. in Borges, 2006, p.16).

<sup>11</sup> A violência fundamental é “uma violência que tem por objetivo a conservação, a proteção do próprio sujeito; uma atitude mental defensiva perante o outro, sem qualquer evocação de destruição ou de ódio (...) é uma reação instintiva que tem o objetivo de preservar o narcisismo primário...” (Borges, 2006, p.19).

<sup>12</sup> A agressividade seria mais secundária e oposta à violência fundamental representando uma má integração da mesma.

proteção não integrado e as pulsões libidinais. Daí por vezes a existência do prazer associado à passagem ao ato sobre o outro. A agressividade apresenta-se como uma energia psíquica pulsional estando incluída a agressão como ato (Borges, 2006). Assim, a passagem ao ato seria sustentada por “atos de agressão que teriam por objetivo atingir o outro ou si próprio com vista a diminuir um conflito interno” (*idem*, p. 25).

Para Escard et al. (2008) a passagem ao ato pode ser pensada na sua natureza comportamental (homicídios, ameaças, violência, tentativas de suicídio), na sua natureza comunicacional (entendimento sobre uma eventual mensagem destinada ao outro) e finalmente na natureza dinâmica relacionada com o tipo de estrutura de personalidade e eventuais conflitos inconscientes do sujeito que podem servir de motor, ou de eixo-motivacional diríamos nós, para a passagem ao ato.

### **3.1. A diferenciação entre acting – out e passagem ao ato**

Alguns autores (Escard et al., 2008; Borges, 2006) defendem a importância da diferenciação entre acting –out e passagem ao ato. Isto permitiria efetuar um prognóstico adequado a partir da frequência de utilização do mecanismo em questão, perceber as consequências do mesmo no real e avaliar a capacidade existente no indivíduo para identificar esse funcionamento (Escard et al., 2008).

O que distingue o acting-out da passagem ao ato é a existência do outro como ser diferenciado (*idem*). O acting-out, pelo seu cariz demonstrativo, não pressupõe o desaparecimento do outro mas antes a necessidade que aquele mude o olhar que o sujeito imagina que possui sobre si. No acting-out o agir surge como um apelo ao outro. Na passagem ao ato, em contrapartida, deixa de existir a alteridade e instala-se um estado de indiferenciação com o outro. “Deixando de existir a dimensão da procura relacional, o sujeito situa-se no registo da solidão, do desespero, da evacuação do outro e por vezes também na tentativa desesperada de controlo a qualquer preço misturado com um sentimento de onipotência” (Millaud, 1998, cit. in. Escard et al., 2008, p. 110). Dá-se uma rutura da cadeia associativa entre a palavra e a ação e uma falha na capacidade de mentalização (Lefebvre, 2006).

Borges (2006) prefere diferenciar a passagem ao ato enquadrada no contexto analítico e a passagem ao ato violento de conotação agressiva e negativa no contexto social e afetivo. O que diferencia a passagem ao ato (acting-out) da passagem ao ato violento seria a forma como este último encontra expressão, a gravidade dessa



expressão e a relação destruidora com o objeto (si próprio ou o outro) contra o qual o ato é dirigido (Borges, 2006).

Constatamos que alguns autores (Borges, 2006; Escard et al., 2008) são unânimes em considerar a passagem ao ato violento como uma ausência de elaboração psíquica, existindo formas diferenciadas de expressão com uma ligação estreita com a estrutura de personalidade, com as necessidades afetivas e com as vivências das relações interpessoais do sujeito que a concretiza.

### **3.2. A compreensão da passagem ao ato homicida conjugal**

Escard et al. (2008) defendem que a passagem ao ato é uma tentativa de regulação da angústia desencadeada pela intensidade de determinados afetos. Em alguns cônjuges violentos, poderia se verificar uma descarga pulsional de raiva suscitada por poderosas angústias de abandono e de perda do objeto de vinculação (Dutton & Kerry, 1999; Escard et al., 2008). Esta descarga de raiva teria como função precoce eliminar o contato com afetos ou angústias dolorosas tais como a culpa ou o afeto depressivo, mas também uma função mais elaborada que seria “eliminar um mau objeto, ou seja, uma suposta fonte de frustração que se interpõe entre o self e a gratificação de uma necessidade” (Kernberg, 2006, p. 51).

A passagem ao ato homicida traduziria a ausência de procura relacional (Millaud, 1998 cit. in Lefebvre, 2006, p. 85) materializando-se o ato como tampão à dor psíquica.

Seguindo esta linha de pensamento o homicídio conjugal pode ser caracterizado como uma crise catatímica (Dutton & Kerry, 1999; Lefebvre, 2006). Este processo crítico catatímico define-se pela atualização de um ato violento contra si próprio ou contra o outro com vista à libertação de uma tensão psíquica interna insuportável e é composto por três fases essenciais: o período de incubação, a passagem ao ato e o alívio/apaziguamento e tranquilização<sup>13</sup> (Revitch & Schlesinger, 1989 cit. in Lefebvre, 2006, p. 20). Os homicidas conjugais que agem segundo uma crise catatímica

---

<sup>13</sup> No período de incubação o sujeito vive afetos depressivos, frustrações ou desespero despoletados por um acontecimento ou uma vivência difíceis. Sente um estado psíquico com tensões emocionais crônicas e adversas que o levam à projeção da responsabilidade desta tensão sobre a cônjuge instalando-se o pensamento de que apenas o ato violento o poderá libertar dessa tensão (Dutton & Kerry, 1999). À medida que a tensão vai aumentando surgem os pensamentos obsessivos sobre agir mortalmente contra a cônjuge associando-se, por vezes, pensamentos suicidários sobre si próprio. Estes pensamentos ruminatórios poderão permanecer durante dias a meses. É no seguimento deste período prolongado de confronto com conflitos internos e ruminações, que pode ocorrer a atualização do gesto violento pela passagem ao ato homicida. Após o agir homicida, surgiria o alívio, e o retorno a um equilíbrio interno despoletando, por vezes, o suicídio do sujeito que comete o ato.

possuiriam uma falha na integração da identidade (Meloy, 1992 cit. in Lefebvre, 2006, p. 25) cujas representações internas de si e dos objetos oscilariam entre totalmente boas e más sem permanência ou constância. Isto significa, segundo uma perspectiva desenvolvimentista, que os sujeitos possuem uma fixação posterior ao desenvolvimento da separação do self e anterior à conservação do self. A crise catatímica ocorre segundo um ciclo projetivo - introjetivo em que a origem da agressão, do sofrimento e a disforia são alternadamente projetados sobre o objeto e introjetados sobre o self. Deste modo, e apesar de existir a diferenciação entre o self e o objeto, instala-se um dilema na atribuição da responsabilidade indiciando uma perturbação na separação “ Who is doing what to whom? Am I feeling a certain way or is she?” (Dutton & Kerry, 1999, p. 294).

Nos casos em que o homicídio conjugal pode ser explicado pelo processo crítico catatímico verifica-se, na generalidade, a existência de uma separação conjugal recente (ou iminente) anterior ao homicídio ou uma previsão do término do relacionamento (Dutton & Kerry, 1999; Malmquist, 1996 cit. in Lefebvre, 2006).

A compreensão do ato homicida conjugal passaria pelo entendimento da “economia psíquica pulsional e a manutenção do equilíbrio das tensões pulsionais” (Villerbu, 2003 cit. in Escard et al., 2008, p. 111) inerentes ao ato de quem o comete.

De facto, é fundamentada a hipótese de que a passagem ao ato possui uma função de apaziguamento ou de sentimento de existência num sujeito que se encontra à beira da desagregação. A passagem ao ato homicida “seria assim, entendida como ato de auto-legitimação” (Pais, 1998, p. 58) ocasionada por um conflito moral, de domínio ou de dor psíquica. O sujeito tenderia a considerar que a sua vida teria perdido o sentido estando totalmente ocupada, dominada ou destruída pela existência da cónjuge amada e odiada. Kernberg (2006) sustenta que “o ódio é um derivado complexo e estruturado do afeto da raiva que expressa o desejo de destruir um mau objeto, de fazê-lo sofrer e de controlá-lo.(...) o ódio é, vulgarmente, um afeto estruturado e vincado de carácter crónico e estável. (...) e aparece muitas vezes descrito como uma manifestação de raiva contra o objeto frustrante; o desejo de vingança é típico do ódio” (p. 51).

### **3.3. O ato homicida conjugal é uma ferida narcísica?**

Segundo Pais (1998), a perspectiva psicodinâmica aplicada ao entendimento do processo criminogénico conjugal defende que “a imaturidade afetiva e o egocentrismo com prevalência do princípio do prazer sobre o princípio da realidade (arcaísmo dos

mecanismos de defesa, fragilidade do suporte identitário, grandiosidade do ideal do eu, sentimento de onipotência) revela a precariedade de uma organização de personalidade do sujeito que se situa nas linhas do limite-narcísico” (Timsit e Berthier, 1993 cit. in Pais, 1998, p. 58).

Escard et al. (2008) referem que a relação objectal com a vítima é tendencialmente do tipo prégenital sendo a ameaça de rutura sentida como perigosa. Revelar-se-ia um vínculo de extrema dependência entre o homicida e a vítima sendo que, nos casos mais graves, a perda do vínculo entre o sujeito e o objeto levaria a graves perturbações do Self. Existiria uma vinculação prégenital muito poderosa e ambivalente face ao objeto podendo o sujeito passar do amor para o ódio com grande facilidade.

Nesta perspetiva a passagem ao ato homicida conjugal pode ser entendida como a “destruição de uma fonte de frustração, que é percecionada como se fizesse um ataque sádico ao self” (Kernberg, 2006, p. 53) ou como uma tentativa desesperada do sujeito em se reapropriar do objeto perdido e realizar o seu fantasma de fusionalidade com o objeto através da morte. Nestes sujeitos o trabalho intrapsíquico do luto seria impossível levando à falha da introjeção do objeto perdido. O homicida não conseguindo se separar do seu objeto e aceitar a ofensa narcísica sofrida decide matar a cônjuge, e eventualmente, de se matar posteriormente. Em ultimo grau, a passagem ao ato homicida conjugal seria o equivalente do próprio suicídio do homicida uma vez que não elaborou a diferenciação entre si e o seu objeto de amor.

Por outro lado, Perreault (2000) defende que a passagem ao ato homicida conjugal é uma tentativa de diferenciação do sujeito, ou seja, uma forma deste regular o fantasma de fusionalidade com a cônjuge. Escard et al. (2008) consideram que a passagem ao ato homicida conjugal pode ser vivida de formas diferentes em função da estrutura de personalidade do sujeito e do sofrimento latente. Se para os homicidas que sofrem de ciúme patológico ou que possuem uma estrutura de personalidade paranoide, a passagem ao ato é sentida como um ato de legítima defesa, para os homicidas com neuroses de carácter e perturbações narcísicas graves a passagem ao ato homicida é decorrente do fato de se sentirem vítimas na relação conjugal. Estes últimos seriam os mais frequentes e os mais complexos. Segundo os autores, a negação da alteridade existente no discurso destes sujeitos é solidária com a negação do ódio pelo objeto. O ódio é de tal forma intenso que leva à destruição de toda a consciência dele mesmo e aumenta atingindo o seu apogeu na síndrome de narcisismo maligno (Kernberg, 2006).

Instala-se uma oscilação ambivalente entre a valorização e a desvalorização progressiva e continuada da cônjuge culminando numa construção mental, sistemática e implacável da cônjuge com um ser demoníaco com defeitos, falhas estando justificada a passagem ao ato homicida.

### **3.4. O eixo-motivacional e o eixo-relacional da passagem ao ato homicida conjugal**

A compreensão da passagem ao ato homicida conjugal concretiza-se pela “análise da relação existente entre a vítima e o agressor, bem como pela articulação do eixo motivacional (eixo da relação interna do agressor em relação á vítima, que é essencialmente subjetivo) e do eixo relacional (eixo da relação de distância externa do autor em relação à vítima-objeto, que é essencialmente objetivo)”(Pais, 1998, p. 56).

Forgues - Marceau (2011) questiona a relação causal entre um acontecimento despoletador e o ato homicida conjugal e desenvolve a sua tese em torno dos múltiplos acontecimentos chaves suscetíveis de explicar a passagem ao ato homicida. Elabora a ideia de que existiria um encadeamento de acontecimentos de vida desde a infância até ao culminar da passagem ao ato homicida. Destaca que o denominador comum, nos homicidas conjugais, seria a estrutura de vida marcada por acontecimentos negativos na infância (por exemplo abuso por parte de figura paterna), um acontecimento particularmente traumático que o levaria ao questionamento de si próprio e um acontecimento despoletador que o conduziria ao homicídio. Constata no seu estudo uma desproporcionalidade entre o acontecimento despoletador e o ato homicida (*idem*). O acontecimento despoletador para a passagem ao ato (ameaça, insulto, uma palavra desadequada) surge antes como o pretexto e não como a causa primeira para a passagem ao ato. Isto reforça a importância da compreensão dos múltiplos acontecimentos de vida do homicida conjugal para o entendimento da passagem ao ato homicida. Escard et al. (2008) fazem referência ao predomínio de um clima emocional intenso associado a alterações de sono, alimentares, desleixo moral, indiferença, abandono face às circunstâncias levando a que o sujeito reaja, ao mínimo choque, de forma homicida.

Blackburn e Côté (2001) abordam a passagem ao ato homicida conjugal como uma regressão a um estado de dissociação em sujeitos com uma fragilidade intrapsíquica face à ameaça de perda do objeto. Estes autores referem ainda que os indivíduos efetuariam, ao longo dos anos após o homicídio, um trabalho de reorganização psicológica de forma a ser possível integrar no seu psiquismo o sucedido.

Os sujeitos com uma estrutura de personalidade limite, ao contrário do psicótico, regressariam à realidade imediatamente após o ato homicida acabando por integrar, ao longo do tempo, uma representação de si próprios acompanhada pelo afeto essencialmente depressivo.

A dificuldade de previsibilidade da passagem ao ato homicida conjugal é realçada por vários autores (Pais, 1998; Escard et al., 2008; Forgues-Marceau, 2011).

De fato, esta passagem ao ato pode estar sobretudo relacionada com um acumular de acontecimentos, mais ou menos significativos, vividos ao longo da vida dos homicidas (Forgues-Marceau, 2011) para além desta “fuga em frente”, este “sair do conflito”, através do ato de “destruição do outro” ser, na maior parte das vezes, situacionalmente decidido, sem planeamento prévio” (Pais, 1998, p. 60), e ser muitas vezes, um ato impulsivo e não relacionado com o crescendo da violência conjugal (Escard et al., 2008).

Parece ser consensual que a passagem ao ato homicida conjugal pode ocorrer, quando se conjugam, “de forma articulada e imprevisível, um conjunto de “forças” diversas -“gunpower”- (género; valores culturais; idade; classe social; trajetória individual, como conjunto de práticas e representações- “habitus”), sendo porém difícil de prever (...) qual a conjugação que leva cada ator social, produto de trajetórias diversificadas, ao momento da rutura violenta” (Pais, 1998, p. 60). Escard et al. (2008) indicam que seriam os temperamentos esquizoides e paranoides os mais expostos às conjunções potenciadoras da passagem ao ato homicida conjugal.

Em suma, a compreensão e prevenção da passagem ao ato homicida conjugal exige um estudo aprofundado sobre as conjunções potenciadoras da passagem ao ato homicida e da sua relação com determinadas estruturas de personalidade e funcionamento psicológico do homicida conjugal.

## PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

### 4 - PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DO ESTUDO

*“Pois bem, eis a questão: é a doença que engendra o crime, ou é o próprio crime que, pela sua natureza especial, é acompanhada por uma espécie de doença?”*

Dostoiévski - Crime e Castigo

O homicídio conjugal, dado o seu carácter disruptivo e dramático, é um fenómeno da existência humana que apela ao pensamento psicológico para que seja possível um entendimento profundo e posterior delineamento de estratégias preventivas eficazes.

A maioria dos estudos sobre o homicídio conjugal centra-se nos “estudos descritivos e comparativos sobre determinadas variáveis sociodemográficas, situacionais e características do delito (...). Sendo que são pouco os autores que procuram uma compreensão do homicídio conjugal a partir das variáveis psicológicas” (Lefebvre, 2006, p. 2). Conhecer e compreender o fenómeno, na perspetiva de quem o concretizou transpondo o ativismo ideológico feminista e procurar uma grelha de conceptualização assente no entendimento sobre a vivência interna do sujeito parece-nos um passo importante para a sensibilização e prevenção eficientes do homicídio conjugal.

No presente estudo procura-se assim a reflexão sobre o funcionamento psicológico do homicida conjugal e das dinâmicas da relação afetiva e conjugal, sobre o mecanismo de passagem ao ato homicida e respetivo eixo motivacional e por último sobre a elaboração do ato homicida por parte de quem o cometeu. Parece-nos que, quanto maior for a compreensão sobre a especificidade do homicídio conjugal como fenómeno único e complexo, mais eficazes serão os planos estratégicos de prevenção e mais adequadas serão as respostas dos profissionais no que diz respeito ao diagnóstico, tratamento, acompanhamento e encaminhamento.

Foi neste contexto que surgiu o nosso problema de investigação:

**O que leva um ser humano a matar outro ser humano que sente amar ou ter amado?**

A partir desta questão foram formulados os seguintes objetivos gerais:

**A** – Analisar a dinâmica da relação afetiva e conjugal do homicida com a cônjuge.

**B** – Identificar o eixo motivacional que legitima o mecanismo de passagem ao ato homicida conjugal.

**C** – Compreender as particularidades do funcionamento e conflito psíquicos do homicida conjugal presentes no processo de elaboração e integração do ato homicida.

A partir destes objetivos gerais foram formulados os seguintes objetivos específicos:

A.1 – estudar os fundamentos da relação afetiva e conjugal na perspectiva do H.C.<sup>14</sup>

A.2 – estudar o significado atribuído à relação afetiva e conjugal por parte do H.C.

A.3 – identificar os fatores despoletadores da relação afetiva e conjugal

A.4 – identificar as principais dificuldades vivenciadas na relação afetiva e conjugal

A.5 – estudar a auto - representação do H.C.

A.6 – descrever a representação mental do H.C. sobre a cônjuge nos períodos pré e pós homicídio

B.1 – estudar a auto -avaliação do H.C. no período anterior ao ato homicida

B.2 – identificar os fatores despoletadores do mecanismo de passagem ao ato homicida

B.3 – identificar o impacto da evocação do ato homicida no H.C.

C.1 – discriminar a atribuição dos papéis de vítima e de agressor por parte do H.C.

C.2 – estudar o significado da reclusão para o H.C.

C.3 – identificar a vivência do H.C. sobre o seu acórdão de sentença

C.4 – identificar as estratégias de prevenção do ato homicida propostas pelo H.C.

---

<sup>14</sup> Optou-se pela abreviatura de homicida conjugal [H.C.].

## **5 - DAS OPÇÕES METODOLÓGICAS À CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DOS DADOS**

### **5.1. Considerações metodológicas**

Dado o teor da nossa investigação e respetivos objetivos, parece impor-se a abordagem qualitativa, de modo a preservar e englobar as especificidades do fenómeno estudado e dos seus atores.

Gregorio (2009) considera que, nos estudos da criminologia, o recurso à abordagem qualitativa seria particularmente importante, uma vez que esta investigaria de forma mais aprofundada o contexto criminal comparativamente com as técnicas quantitativas.

As metodologias compreensivas apresentam vantagens de “ordem epistemológica, na medida que os atores são considerados indispensáveis para entender os comportamentos sociais” (Poupart, 1997 cit. in Guerra, 2006, p. 10) mas também “de ordem ética e política, pois permitem aprofundar as contradições e os dilemas que atravessam a sociedade concreta; e de ordem metodológica como instrumento privilegiado de análise das experiências e do sentido da ação” (*ibidem*). Na verdade, o paradigma compreensivo considera o ponto de vista do sujeito e as suas bases sociais específicas centrando-se na interpretação e no destaque dos conceitos e significados mais do que na generalização das relações entre os vários conceitos (Toloie-Eshlaghy, Chitsaz, Karimian & Charkhchi, 2011). Acresce que a metodologia qualitativa aplicada à psicologia integra a complexidade e a interdependência das múltiplas variáveis subjacentes à ação.

Segundo Howitt (2010), os investigadores que recorrem à metodologia qualitativa seriam imbuídos de uma “sensibilidade pós-moderna” e uma preocupação ética devido ao uso de métodos de recolha de dados que os aproximam das experiências da vida real dos indivíduos. Este fato é particularmente significativo quando uma investigação é realizada, como a presente, em contexto prisional. A relação de proximidade entre o participante e o investigador no contexto em que decorre a investigação coloca múltiplos desafios éticos sobre a gestão do relacionamento, a natureza da distribuição do poder entre ambas as partes, e a forma como a relação afeta o participante ao nível psicológico, emocional e pessoal (Houghton, Casey, Shaw & Murphy, 2010; Ramluggun, Lindsay & Pfeil, 2010) e questiona a ideia de neutralidade



(Moreira, Simões & Porto, 2005). Isto, associado aos principais objetivos do contexto prisional centrados na correção, na punição e na reabilitação dos reclusos, complexifica a investigação qualitativa sobre determinado fenómeno e implica, da parte dos profissionais de saúde e dos investigadores, uma capacidade de ponderação sobre os limites num contexto onde o poder é usado para assegurar parâmetros comportamentais. De fato, segundo Gregorio (2009), para uma investigação ser considerada válida o investigador deveria ser um elemento exterior sem quaisquer implicações com o contexto legal.

Para estudar o fenómeno do homicídio conjugal em contexto prisional optámos por recorrer ao estudo de casos, como estratégia de investigação qualitativa privilegiada por nos parecer que seria a estratégia mais adequada para a compreensão da perspetiva pessoal e circunstâncias do participante (Houghton et al., 2010). Com efeito, o estudo de caso “procura investigar de forma aprofundada a relação entre os fenómenos, experiências ou processos ocorridos numa amostra específica e (...) a descrição de um fenómeno da vida real e as múltiplas condições intervenientes” (Toloie-Eshlaghy et al., 2011, p. 121).

## **5.2. Caracterização da amostra participante**

Adotou-se como critério de inclusão no presente estudo participantes detidos num estabelecimento prisional pelo crime de homicídio conjugal. Considerou-se a tipologia do crime cometido e não a pena atribuída, uma vez que os entrevistados apresentam ligeiras oscilações nas penas atribuídas ao crime de homicídio conjugal.

A seleção e inclusão dos participantes no estudo passou por uma primeira fase na qual se realizou um levantamento dos sujeitos que se encontravam em acompanhamento psicológico e que possuíam capacidade de adesão à proposta de participação, bem como capacidade de compreensão e usufruto da entrevista como mais um elemento potenciador da elaboração do crime cometido<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Numa segunda fase, pediu-se a colaboração das técnicas de reeducação social no sentido de fazer um levantamento dos reclusos detidos por homicídio conjugal (Anexo II). Concluiu-se pelos dados recolhidos que estavam detidos por homicídio conjugal 14 reclusos, com penas compreendidas entre 11 anos e 6 meses e 25 anos e 6 meses. Verificou-se que, há exceção de um recluso com pena de 11 anos e 6 meses, a pena atribuída era bastante elevada oscilando entre 17 anos e os 25 anos, o que significa que a maioria dos homicídios conjugais foi sentenciada como homicídio qualificado.

Neste estudo participaram 5 sujeitos<sup>16</sup>, todos do sexo masculino em cumprimento de pena por homicídio conjugal<sup>17</sup>. Todos os participantes aceitaram colaborar na presente investigação tendo sido informados que se tratava de um estudo sobre o homicídio conjugal para efeitos de tese de mestrado.

Foram critérios de exclusão a presença de transtornos orgânicos graves bem como a presença de um quadro de descompensação psicopatológica e existência de atividade produtiva ativa uma vez que isso poderia enviesar os resultados. Para além disso, definiu-se como elemento de exclusão a não existência de relação terapêutica com a psicóloga, uma vez que o fenómeno em estudo parecia exigir uma relação de confiança com a entrevistadora. De referir que daqui para a frente os homicidas conjugais passarão a ser referenciados como H.C. seguido de número de ordem (1 a 5).

### **5.3. Instrumentos de recolha de dados: Entrevistas**

Selecionámos como metodologia principal a entrevista semi - diretiva dado que, neste procedimento, “os sujeitos tomam o estatuto de informadores privilegiados” (Guerra, 2006, p.18) sendo basilar a criação dos significados pelos próprios. A aplicação das entrevistas em contexto prisional decorre do pressuposto que o entendimento do homicídio conjugal passa pelo estudo da narrativa de quem o cometeu.

Assim, “do ponto de vista do sujeito interrogado, as entrevistas em profundidade exigem-lhe um processo de totalização através do qual procurará dar consistência a racionalidades dispersas, a estratégias flutuantes e temporais, enfim, à sua vida tal como ele a concebe nesse momento” (Guerra, 2006, p. 19). A autora sublinha que frequentemente a racionalidade de uma vida, ou de uma decisão não é um fenómeno prévio aos factos (*idem*). A racionalidade é encontrada exatamente ex-post, no momento da narração; aí, os elementos que na altura pareciam dispersos e as racionalidades que no momento emergiam como espontâneas estruturam-se num todo coerente que amarra o fio condutor de múltiplas decisões e ações.

O recurso das entrevistas semi - diretivas como metodologia qualitativa privilegiada em contexto prisional, coloca a questão sobre a “verdade” científica. “O

---

<sup>16</sup> Inicialmente estava prevista uma amostra de 7 participantes da totalidade dos 14 sujeitos detidos por homicídio conjugal, tendo sido reduzida para 5 uma vez que um participante teve conhecimento de que teria uma doença oncológica grave encontrando-se muito destabilizado ao nível psicológico e o segundo participante terá sido transferido de modo imprevisto para outro estabelecimento prisional.

<sup>17</sup> Ver anexo III sobre tabela de caracterização da amostra participante

que o sujeito diz é sempre verdade? Como generalizar de um para vários indivíduos e como dar conta da multiplicidade de pontos de vista? (Guerra, 2006, p. 18). Esta questão é ainda mais pertinente tratando-se da aplicação das entrevistas em contexto prisional relativa à narrativa do crime. Parece-nos que o estudo de fenómenos disruptivos tal como o homicídio conjugal, pode levar o investigador a procurar desvendar a verdade da disrupção. Nesta perspetiva o investigador correria o risco de descentrar-se do seu papel de investigador epistemológico assumindo o papel de investigador jurídico.

Gregorio (2009) no seu artigo sobre a narrativa de ações desviantes e criminosas conclui que existem diferenças significativas na forma como o crime é reconstituído pelos indivíduos com diferentes percursos criminosos e que o contexto da narrativa modula as próprias narrativas dos crimes <sup>18</sup>.

Dada a complexidade da problemática em estudo e para que das entrevistas resultasse alguma uniformidade<sup>19</sup> relativamente aos aspetos que pretendíamos ver abordados, optou-se pela elaboração de um guião de entrevista. Este guião de entrevista foi concebido a partir da revisão bibliográfica e dos objetivos específicos definidos para o presente estudo (Anexo IV). A elaboração do guião de entrevista passou por uma fase exploratória a partir da qual foi definida uma linha orientadora de questões e de clarificação dos objetivos e dimensões de análise, que levou a um posterior reajuste dos eixos temáticos delineadores da entrevista. No seguimento disto, foram estabelecidos quatro eixos temáticos com a finalidade de recolher toda a informação pertinente para a elaboração do estudo em causa, de forma a responder às questões que orientam esta investigação: caracterização do sujeito, dinâmicas da relação afetiva e conjugal, ato homicida e eixo-motivacional, elaboração do ato homicida e prevenção. A cada eixo

---

<sup>18</sup> Constatamos que, dos três tipos de ações desviantes (tráfico de droga, homicídio, e roubo), é no homicídio que se encontra uma descrição mais vaga da dinâmica da ação desviante. Na narrativa de um homicídio, ao contrário do tráfico de droga e dos roubos, existe um menor grau de tipicidade e de fatores pré-determinados para a justificação do seu crime e na narrativa dos acontecimentos. Os sujeitos limitam-se aos elementos essenciais sem construção de uma verdadeira narrativa focando-se no que teria acontecido e no motivo. Conclui também que, à medida em cada indivíduo progride na sua “carreira desviante” aprende a narrar os seus crimes num contexto outro que o da investigação e adquire, progressivamente, técnicas mais adequadas de depoimento, integrando na narração uma série de aspetos subjetivos relevantes e acontecimentos desviantes ilegais. A narrativa surgiria, segundo Gregorio (2009), como um fenómeno flexível e de natureza multiforme.

<sup>19</sup> Se por um lado, segundo Guerra (2006) o pressuposto epistemológico deste tipo de pesquisa é o de que o informador é o ator racional capaz de dar sentido às suas ações e que o objetivo da entrevista é apreender o sentido subjacente à vida social, por outro lado, Gregorio (2009) concluiu no seu estudo que a narrativa da ação desviante em diferentes momentos é readaptada de acordo com o interlocutor, do contexto da inter-narrativa e da história pessoal do narrador.

temático fizeram-se corresponder objetivos próprios, aliados a questões mediadas por indicadores específicos.

## **5.4. Procedimentos de recolha e de tratamento dos dados**

### **5.4.1. *Procedimentos de recolha dos dados***

A realização de uma investigação qualitativa implica, por parte do investigador, o cumprimento de princípios éticos e morais, nomeadamente o cumprimento dos procedimentos do consentimento informado onde se assegura o direito à autodeterminação, e à intimidade; a ponderação da preservação da relação entre o entrevistador e entrevistado; a ponderação entre risco e benefício onde se assegura o direito à proteção contra o desconforto e prejuízo e direito a um tratamento justo e equitativo e a preservação da confidencialidade.

Se estes aspetos são transversais a qualquer investigação qualitativa, consideramos que são essenciais quando a investigação ocorre no contexto prisional e com entrevistados que, apesar de se encontrarem em cumprimento de pena, receiam permanentemente novas represálias relativamente ao crime cometido.

Assim, de forma a respeitar os aspetos acima referidos, a recolha de dados foi efetuada após a solicitação da autorização, por escrito ao Diretor - Geral dos Serviços Prisionais (Anexo V e VI). Foi dado a conhecer o objetivo do estudo, e foi também garantida a confidencialidade dos dados, e o anonimato dos participantes em estudo.

As entrevistas foram realizadas seguindo o princípio defendido por Guerra (2006) segundo o qual a verbalização franca por parte do entrevistado é fundamental e, quanto menor for a intervenção do entrevistador, maior será a riqueza do material recolhido, dado que a lógica e a racionalidade do informante emergirá mais intacta e menos influenciada pelas perguntas. Assegurou-se assim um ambiente de interatividade entre o entrevistador e entrevistado encorajando, deste modo, a livre expressão dos participantes através de uma atitude de escuta ativa. Antes de dar início a cada entrevista, explicou-se os objetivos do estudo e realçou-se a importância das opiniões e comentários dos participantes.

Dada a complexidade da problemática estudada bem como o contexto no qual se realizou as entrevistas tornou-se imprescindível a aplicação do consentimento informado aos participantes do estudo (Anexo VII). Inicialmente foi colocada a hipótese da gravação áudio das entrevistas. No entanto, após o confronto com múltiplas questões relativas à entrada e manuseamento do gravador em contexto prisional, a investigadora

optou pela transcrição manual para agilização da realização das mesmas. As entrevistas foram realizadas entre Julho de 2012 e Fevereiro de 2013.

Todas as entrevistas ocorreram no Gabinete de Psicologia dos serviços clínicos do estabelecimento prisional com a duração aproximada de 1h30m a 2 horas, tendo sido assegurada a inexistência de elementos distratores externos. Dado o tempo de duração das entrevistas, quatro dos cinco participantes optaram por realizar a entrevista em duas sessões distintas com o intervalo de quatro dias na realização da 1ª e da 2ª partes.

Após a realização das entrevistas procedeu-se à transcrição para computador de forma a facilitar a organização da informação e a sua posterior análise. As entrevistas foram numeradas e atribuídos códigos de identificação à medida que se procedeu à transcrição das mesmas.

#### **5.4.2. Tratamento dos dados**

Os dados do presente estudo foram recolhidos através da transcrição das entrevistas semi - estruturadas realizadas e foram tratados recorrendo à análise de conteúdo. Segundo Guerra (2006) as metodologias qualitativas ou compreensivas pressupõem um raciocínio específico que acaba por ter consequências importantes em todo o processo de pesquisa: desde a formulação da grelha analítica e das hipóteses de trabalho até a análise de conteúdo. Nesta perspetiva a intenção dos investigadores não é comprovar hipóteses definidas a priori e estanques, mas antes identificar as lógicas e as racionalidades dos sujeitos confrontando-as com o seu modelo de referência. A consequência imediata é que o trabalho de construção do objeto, da análise e das hipóteses é contínuo desde o início até ao final da pesquisa. Tendo isto presente, no tratamento dos dados, através da fragmentação do discurso de cada um dos participantes, mantendo a lógica justificativa dos discursos, procurou-se chegar ao cerne das mensagens obtidas reorganizando posteriormente toda a informação de acordo com os objetivos da investigação.

Segundo Guerra (2006), a análise de conteúdo seria uma técnica que recorreria ao confronto entre o quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido. Neste sentido, a análise de conteúdo tem uma “ dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analítico cuja articulação permite formular as regras de inferência” (*idem*, p. 62). Castro, Abs e Sarriera (2011) socorrendo-se da perspetiva de Bardin

(1977/2010), realçam que a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos que têm como fator comum uma interpretação controlada, baseada na inferência.

Esse conjunto de técnicas de análise visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos, indicadores quantitativos ou qualitativos que permitam a inferência de conhecimentos relativos à produção/receção de mensagens. Trata-se, em última instância, de um esforço de interpretação que oscila entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade.” (Bardin, 1977/2010 cit. in *idem*, p. 816)

Na análise dos nossos dados, a partir da metodologia proposta por Bardin (1977/2013) destacamos três momentos essenciais.

Num primeiro momento, procedemos à pré – análise, efetuando sucessivas leituras, denominadas de leitura “flutuante”, de modo a analisar e sistematizar as ideias iniciais que estruturam o plano de análise dos dados e definem posteriormente as áreas temáticas.

Num segundo momento, procedemos à exploração do material, correspondente ao processo de codificação do material significativo, atribuição de uma configuração e organização dos dados e por fim à categorização. Esta fase permitiu-nos a construção das primeiras matrizes de dados, de acordo com a informação e com base no nosso referencial teórico do estudo, procurando-se áreas temáticas conceptualmente significativas e estabelecendo categorias e subcategorias baseadas na semelhança de conteúdos (Anexo VIII). A definição das categorias foi elaborada a partir do cruzamento da própria problemática do presente estudo com o material recolhido através das entrevistas. Assim, optou-se por um procedimento misto uma vez que, se por um lado foram definidas categorias a priori a partir do corpo teórico, por outro surgiram novas categorias e sub-categorias ao longo da leitura flutuante das entrevistas, da identificação de determinadas unidades de registo que, através de fragmentos do discurso do sujeito, são indicativos de uma característica bem como da necessidade de ajustar algumas categorias e sub-categorias às respostas obtidas.

Segundo Gregorio (2009), a análise da informação qualitativa tem como principal objetivo a reconstrução e a compreensão das temáticas e das conceptualizações realizadas pelos participantes, sem aplicar a priori as categorias pré-estabelecidas dos investigadores. No entanto, o autor considera que os investigadores

das ciências sociais e humanas teriam dificuldades em encontrar uma análise e categorização genuínas, existindo de forma recorrente uma influência das categorias cognitivas dos investigadores sobre os dados recolhidos, que determinariam o que destacam como categorização significativa. Este aspeto é particularmente evidente na narrativa de ações desviantes, uma vez que as opiniões sobre determinado crime, os valores e os julgamentos interferem fortemente no trabalho dos investigadores desde a recolha dos dados até à sua interpretação. Conscientes deste facto, procurámos elaborar uma grelha de categorização, segundo um processo evolutivo, a menos contaminada possível pelas categorias cognitivas da investigadora. A validação da categorização dos dados foi obtida a partir da avaliação de um elemento externo e posteriormente revista no sentido da unanimidade quanto à pertinência, à sistematização e à exclusividade.

Num terceiro e último momento, passámos ao tratamento e análise dos resultados no qual a preocupação não foi a de procurar generalizações, mas antes encontrar insights gerais, ou seja, encontrar a estrutura de pensamento individual dos sujeitos que pode, como um todo, pertencer a vários outros indivíduos (Moreira et al., 2005). Caberia assim ao investigador determinar quais os aspetos das estruturas individuais que manifestam uma verdade geral e quais não manifestam, ou seja, cabe ao investigador identificar as proposições que podem ou não ser consideradas como verdadeiras no contexto geral. Socorremo-nos de dois momentos de análise a saber, a análise ideográfica na qual se destaca as ideias principais de cada participante e a análise nomotética onde se procura, sem a preocupação de generalização, os pontos de convergência e divergência entre as ideias dos vários participantes da investigação para cada um dos temas, categorias e respetivas sub-categorias (Moreira et al., 2005). Neste sentido, no próximo capítulo irá desenvolver-se a apresentação e análise dos dados recolhidos.

## **6- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

No corpo do trabalho procede-se à análise nomotética na qual se destaca os pontos de convergência e divergência entre as ideias dos cinco participantes para cada tema e respetivas categorias e sub – categorias do estudo. A análise ideográfica foi remetida para anexo dada a extensão e complexidade da mesma (Anexo IX).

De salientar que a apresentação dos dados será realizada em texto narrativo, por se tratar de um estudo qualitativo. Será complementada, em anexo, com as grelhas de análise de conteúdo por categorias e sub-categorias onde se encontram as unidades de registo provenientes de excertos elucidativos do discurso de cada um dos cinco participantes de forma a se alcançar uma apresentação mais compacta, e a facilitar a análise e interpretação (Anexo X).

### **6.1. Dinâmicas da relação afetiva e conjugal**

O tema Dinâmicas da relação afetiva e conjugal diz respeito à vivência da relação com a cónjuge no período que antecedeu o crime, bem como à auto - representação do homicida conjugal enquanto elemento da relação conjugal e à representação mental sobre a cónjuge nos períodos pré e pós homicídio.

Neste tema considerou-se pertinente identificar como categorias os Fundamentos da relação afetiva e conjugal em geral, o Significado atribuído à relação afetiva e conjugal, os Fatores despoletadores da relação, as Principais dificuldades, a Auto-representação do homicida conjugal e por fim a Representação mental sobre a cónjuge nos períodos pré e pós homicídio (Anexo X).

#### **6.1.1. *Fundamentos da relação afetiva e conjugal***

Tendo em consideração os fundamentos da relação afetiva e conjugal comprovamos a convergência da sub-categoria Respeito e Cumprimento da lei por parte da cónjuge sendo este o aspeto partilhado por todos os participantes, seguindo-se da sub-categoria Objetivos partilhados centrados em elementos como “atenção, dedicação e surpresa”, “afeto, sensibilidade”, “amor” e “luta pelos mesmos objetivos”.

Os aspetos relativos às sub-categorias Confiança e Diálogo, Fidelidade e Honestidade e Agir em prol da família/Ser boa dona de casa são os menos referidos, aparecendo em apenas dois dos participantes.



### ***6.1.2. Significado atribuído à relação afetiva e conjugal***

Na categoria significado atribuído à relação afetiva e conjugal verificou-se que a sub-categoria Importância atribuída à relação conjugal e afetiva é a que reúne maior convergência. De facto, quatro participantes consideram que existiriam aspetos de maior relevância tais como “estabilidade, a calma e a tranquilidade” ou ainda a “educação, a formação e o equilíbrio”, o “querer uma esposa para viver o resto da minha vida” e ainda a juventude e a beleza para estabelecerem um relacionamento afetivo com a cónjuge. É de realçar que a (In)Existência de sentimento amoroso e a Constituição de família foram as sub-categorias menos referidas. Só um participante considera que o relacionamento com a cónjuge não foi significativo para o próprio e afirma a inexistência de sentimento amoroso. Por outro lado, um participante refere que “tinha ali a mulher da minha vida” e dois apresentam como aspetos significativos a constituição de família e filhos.

### ***6.1.3. Fatores despoletadores da relação afetiva e conjugal***

Ao abordarmos os fatores despoletadores da relação afetiva e conjugal constatamos que a sub-categoria Vínculo de dependência da família da cónjuge é a que mais se destaca tendo três participantes considerado este aspeto como fator despoletador. Segue-se depois a sub-categoria Vínculo de dependência da cónjuge e a sub-categoria Partilha de projeto de vida como fatores relevantes. Apenas um refere os Problemas na família de origem em torno da violência física entre familiares como elemento despoletador da relação conjugal.

### ***6.1.4. Principais dificuldades na relação afetiva e conjugal***

Quando nos centramos nas Principais dificuldades na relação afetiva e conjugal a sub - categoria Conflitualidade/Separação destaca-se como fator de convergência e unanimidade entre os participantes. No discurso dos sujeitos sobressai a dificuldade de diálogo com a cónjuge e a deterioração do relacionamento pela intensa conflitualidade e posterior consumação da separação.

As sub-categorias (Des)Investimento e (Des)Erotização na relação conjugal e o Nascimento dos filhos e aspetos relacionados com a Parentalidade são referidas por quatro dos cinco participantes. Dois alegam um intenso investimento na relação conjugal, ao passo que outros dois declaram o desinteresse pela cónjuge ao nível conjugal e sexual. O Nascimento dos filhos e a vivência da parentalidade por parte dos

participantes destacam-se pelo impacto emocional negativo e pelos sentimentos de abandono associados.

Por último, aparecem as sub-categorias Infidelidade conjugal e a Dificuldade em ligar-se a alguém/Medo da dependência referidas respetivamente por três e dois participantes. De sublinhar que um dos participantes faz alusão à existência de violência conjugal e consumos elevados de álcool associados à Infidelidade conjugal. Realça-se o facto de todos fazerem referência à associação de múltiplas dificuldades, e não apenas a uma dificuldade central na relação conjugal.

#### ***6.1.5. Auto - representação do homicida conjugal***

Na análise à Auto - representação do homicida conjugal surge em primeira linha e como sub-categoria de total convergência entre os participantes o facto de possuírem uma Representação positiva de si próprios, realçando características como “boa pessoa”, “calmo”, “tranquilo”, “bom ouvinte”, “simples e humilde” e “contra a violência”. Apenas dois sujeitos mencionam, em simultâneo, qualidades que consideram menos positivas como a insatisfação e impulsividade. Para além disso, outros dois sublinham uma representação positiva de si próprio contextualizando-a no momento atual de reclusão.

Verifica-se também uma convergência na sub - categoria Ver-se e Sentir-se como Honesto/ Responsável.

Declaram possuir determinados Valores/(Des)confiança onde se destaca a intolerância à “mentira”, à “hipocrisia” e à “traição”, seguindo-se a referência à sub-categoria Ver-se e Sentir-se como Trabalhador por parte de três participantes do estudo.

Dentro da Auto-representação do homicida conjugal observa-se uma divergência na sub-categoria Agir em prol dos outros reportando-se a esta sub-categoria apenas um participante que considera agir em prol das mulheres.

#### ***6.1.6. Representação mental do homicida conjugal sobre a cônjuge nos períodos pré e pós homicídio***

Na Representação mental do homicida conjugal sobre a cônjuge e respetivas sub - categorias que a comportam ficou patente a convergência em três dos cinco participantes na sub-categoria Resistência à evocação da representação mental sobre a cônjuge assumindo que ““eu não posso lembrar-me de nada do que passámos de

bom...” ou que “ Neste momento não penso na minha companheira...evito pensar (...)”. Associada a esta resistência dois sujeitos alegam não existir diferenças entre a forma como recordam a sua companheira no período pré e pós homicídio referindo “agora recordo-a igual” e “hoje recordo-a da mesma forma” e um participante declara se recordar da cōnjuge como “um ser que não sabia viver em sociedade”. As Questões relacionadas com a Vinculação são apuradas no discurso dos cinco participantes primando pelo seu carater ambivalente.

Centrando-nos na análise dos dados relativos à sub - categoria Vulnerabilidade/Desvalorização esta apresenta uma convergência ligeiramente superior à sub-categoria Idealização da cōnjuge. De facto, quatro participantes apresentam a cōnjuge como “frágil”, “ inocente”, “desequilibrada”, ou ainda como “uma pessoa maquiavélica” e que “não era um ser humano”. Ao passo que três participantes caracterizam a cōnjuge como uma “mulher 5 estrelas”, “excecional”, “boa companheira”, “boa mãe”, “boa dona de casa”. É importante referir que, no discurso de três sujeitos, verificou-se uma oscilação entre a Vulnerabilidade /Desvalorização da cōnjuge e a Idealização da cōnjuge.

Na sub-categoria Expectativas atribuídas à cōnjuge quatro participantes consideram que a cōnjuge esperaria algo como “esperava de mim... Tudo... eu fui um Príncipe Encantado”, o “ser feliz com o outro”, “ ser um marido cinco estrelas” ou encontrar um elemento que a ajudaria a “subir na vida”. Apenas um afirma não saber o “ ela poderia querer de mim” pela existência de uma contradição entre o que a cōnjuge dizia e os atos de traição que cometia.

## **6.2. Ato homicida e eixo motivacional**

O tema Ato homicida e eixo motivacional diz respeito à perceção do homicida conjugal sobre a sua estabilidade psicológica no período anterior ao homicídio e à compreensão do mecanismo de passagem ao ato homicida e da vivência do homicida conjugal face à evocação do crime cometido.

Neste sentido definiram-se para este tema as categorias Auto - avaliação do homicida conjugal no período anterior ao ato homicida, os Fatores despoletadores do mecanismo de passagem ao ato homicida e por último a Evocação do ato homicida (Anexo X).

### **6.2.1. *Auto - avaliação do homicida conjugal no período anterior ao ato homicida***

Na análise da categoria da Auto-avaliação do homicida conjugal confirmamos que existe uma convergência das respostas relativas à sub-categoria Instabilidade psicológica. De facto, quatro dos cinco participantes referiram estar “completamente transtornado, desorientado, sozinho, incompreendido (...)”, “angustiado, indignado, revoltado, desesperado”, “com distúrbios psicológicos e psicossomáticos”, “completamente passado”, “completamente stressado(...)”. Dois encontravam-se a cumprir terapêutica farmacológica no seguimento de avaliação médica. Apenas um participante considera que estava estável ao nível psicológico no período anterior ao crime.

Assiste-se a uma convergência e unanimidade no discurso dos participantes no que diz respeito às sub-categorias Ver-se/Sentir-se com Vítima/Vulnerabilidade Narcísica e ao Medo de ser usado e enganado/Manipulação atribuída à cónjuge.

### **6.2.2. *Fatores despoletadores do mecanismo de passagem ao ato homicida conjugal***

Ao debruçarmo-nos sobre a análise dos Fatores despoletadores do mecanismo de passagem ao ato homicida comprovamos que as sub-categorias que possuem grande convergência no discurso seriam a Conflitualidade/Separação, a Evocação da ferida narcísica e a Perda de controlo da impulsividade/Ruminação homicida. De facto, nos discursos de todos os participantes encontramos unidades de registo relativas a estas três sub - categorias. Confirmamos também que, para quatro, estão implícitas Questões relacionadas com a masculinidade e três realçam a existência de Infidelidade conjugal. O fator que acaba por ter menos convergência no discurso dos participantes seria a Introdução da lei/terceiro elemento como regulador da relação afetiva e conjugal. De facto apenas dois sujeitos fazem referência à presença de um terceiro elemento mediador do relacionamento como um elemento incómodo e evocador da zanga.

### **6.2.3. *Evocação do ato homicida***

Ao considerarmos a sub - categoria Resistência ao pensamento sobre o ato homicida fica patente a convergência em três dos cinco participantes da oscilação entre a negação/ tentativa de clivagem e a recordação constante das imagens associadas ao crime cometido. Assim, os mesmos que manifestam Resistência ao pensamento sobre o ato homicida afirmam existir em simultâneo uma recordação frequente assumindo que “muitas vezes a minha cabeça vai bater naquela noite(...)”. No discurso de dois

participantes parece não se verificar a Resistência ao Pensamento sobre o ato homicida, um deles pelo fato de não considerar “que tenha tirado nada de valor”.

Entrando no campo dos sentimentos desencadeados pela Evocação do ato homicida, as sub-categorias Arrependimento e Horror e Sentimentos de despersonalização são as que apresentam uma maior convergência no discurso de quatro participante.

Por fim, um participante relata sentir Paz e Tranquilidade. Esta sub - categoria apresenta-se como a de maior divergência.

No que se refere à sub-categoria Conflito entre o ato e valores quatro sujeitos consideram existir uma contradição entre “os seus princípios”, o fato de serem “contra a violência” e o crime cometido.

Uma última sub-categoria seria a Orfandade dos filhos /Perda dos familiares da cônjuge onde é salientada por três participantes a compreensão de que o ato homicida afetou sobretudo os filhos e provocou um grande sofrimento nos mesmos. Um deles afirma que “ Eu estou muito arrependido porque os que sofrem mais é os filhos...”e que “(...) o meu pensamento está com os meus filhos.”. Apenas um dos três participantes faz referência aos familiares da cônjuge e à vivência dolorosa dos mesmos face a esta perda.

### **6.3. Elaboração sobre o ato homicida e prevenção**

O tema Elaboração sobre o ato homicida e prevenção diz respeito à forma como o homicida conjugal avalia o sucedido e a atribuição do papel de vítima e de agressor na relação conjugal, as suas considerações sobre a reclusão e o acórdão de sentença atribuído ao seu crime e as estratégias para a prevenção dos homicídios conjugais na perspectiva de quem o cometeu.

Neste sentido considerou-se pertinente identificar como categorias a Atribuição dos papéis de vítima e de agressor por parte do homicida conjugal, o Significado da reclusão, as Considerações sobre o acórdão da sentença e por último a Prevenção do ato homicida (Anexo X).

### **6.3.1. Atribuição dos papéis de vítima e de agressor**

Ao analisarmos a Atribuição dos papéis de vítima e de agressor constatamos, no que diz respeito à sub-categoria Papéis atribuídos à cônjuge, uma convergência no discurso de três participantes, ao decretarem a cônjuge como o principal agressor da relação conjugal. Na sub-categoria Papéis atribuídos a si próprio/ Considerações do homicida conjugal como agressor e vítima na relação conjugal os três que se afirmam vítimas da relação conjugal justificam-no pelo fato de terem sido sujeitos “à falta de escrúpulos da progenitora”, à falta de reconhecimento do empenho “nas coisas a 100%” e à “traição” por parte da cônjuge.

Dois referem que ambos terão sido vítimas e agressores na relação conjugal. Justificam-no, respetivamente, pelo fato de ter sido alvo da “ maior violência psicológica é a da mulher...que é o silêncio” e sentir-se “constantemente cercado”. Para além disso, um dos participantes que se sente vítima e outro que considera que foram ambos vítimas e agressores na relação conjugal constata que, a partir do momento em que agiram mortalmente sobre a cônjuge, ter-se-ão tornado agressores.

### **6.3.2. Significado da reclusão para o homicida conjugal**

Centrando-nos na sub-categoria Vivência da reclusão realçamos uma convergência na conotação positiva atribuída à reclusão por parte de três dos cinco sujeitos aludindo a aspetos como “tempo para refletir e saber o que quero”, “aprendi a pensar e estou menos violento” e que “a cadeia me ensinou nunca mais na minha vida me aconteça isto”. Um deles manifesta sentimentos ambivalentes face à reclusão salientando que se por um lado a reclusão ajudou-o a clarificar o motivo do homicídio cometido por outro concretizou a imagem de si como o “homem que matou a mulher”. Um participante considera a vivência da reclusão como algo “irrelevante”.

No que concerne ao Impacto sobre o bem estar psicológico observa-se também uma convergência no discurso de todos os sujeitos relativo ao impacto negativo da reclusão sobre o seu equilíbrio psicológico e sobre o futuro. Reiteram que a reclusão deixaria marcas em si próprios, na sua capacidade de envolvimento num futuro relacionamento amoroso e no relacionamento com os seus filhos.

Por último, no que diz respeito à sub-categoria Resistência a pensar em si como Recluso, três participantes evitam pensar em si como reclusos. Dois divergem do discurso dos restantes participantes demonstrando a capacidade de pensar em si como

reclusos uma vez que cometeram um ato homicida sobre o qual possuem sentimentos de arrependimento e de responsabilidade.

### **6.3.3. Considerações sobre o acordo da sentença**

No discurso dos participantes destaca-se a convergência relativa à sub-categoria Desacordo sobre a pena atribuída/Tipologia do crime. Três deles abordam a pena atribuída como um “abuso”, como “absurda” ou ainda como “pesada demais”. Um dos participantes questiona a tipologia atribuída ao seu crime como homicídio qualificado uma vez que terá agido sobre “um estado alterado de consciência” devendo por isso ser designado como homicídio privilegiado.

Apenas dois participantes manifestam estar de Acordo sobre a pena atribuída/tipologia do crime. Um afirma achar “pouco” a pena atribuída ao seu crime e aos crimes semelhantes, e outro sublinha o seu Acordo com a pena atribuída apesar das consequências negativas da reclusão sobre a sua vida.

No que diz respeito ao Abuso e desinvestimento da lei na procura da verdade é patente o sentimento convergente, na maioria dos participantes, de descrédito e autoritarismo da lei referindo aspetos como “os juízes não explicam” a pena atribuída, e que o “tribunal não estava orientado para a descoberta e a sentença da verdade” ou que não teria considerado como atenuantes o fato de que “nunca tinha entrado num tribunal (...) e cooperei com a polícia”.

### **6.3.4. Prevenção do ato homicida**

A última categoria Prevenção do ato homicida apresenta como sub-categoria convergente a Evitabilidade/Previsibilidade. De facto, o carácter evitável do ato homicida é assumido por todos os sujeitos. A sub-categoria Comunicação/Respeito entre os cônjuges é destacada, por quatro participantes, como elemento essencial para a evitabilidade do ato homicida, um deles declarando que “quando uma criança está chateada temos por tendência ouvi-la, acariciá-la e ela aí acalma...era a atitude de diálogo a ter com o homem...”.

O Feminismo e o Machismo bem como o Cumprimento das leis pelas figuras de autoridade/Intervenção da Justiça são realçados por dois participantes como elementos a considerar para a prevenção do homicídio conjugal.

O Cumprimento das leis pelas figuras de autoridade/Intervenção da justiça é sublinhado como mais um elemento para a prevenção do ato homicida pelo fato de ser assegurada a defesa dos direitos masculinos e aplicação coerente das leis.

Por último, um participante integra no seu discurso a Intervenção dos meios de comunicação social destacando um papel contraditório potenciador V.S. preventivo do homicídio conjugal. Na sua perspectiva os meios de comunicação social poderiam ser um aliado na prevenção do ato homicida.



## 7– DISCUSSÃO

Tendo como pano de fundo a problemática central desta investigação O que leva um ser humano a matar outro ser humano que sente amar ou ter amado?, passamos agora à discussão dos dados recolhidos de forma a permitir uma melhor compreensão sobre a complexidade do funcionamento psicológico do homicida conjugal. Tivemos sempre presente que a nossa preocupação não era delinear um retrato-tipo do homicida conjugal (Korn, 2003), mas antes lançar linhas de reflexão próximas dos “informadores suscetíveis de comunicar as suas perceções da realidade através da experiência vivida” (Guerra, 2006, p. 48).

Partindo da **caracterização sociodemográfica dos participantes do estudo** e tendo em conta que sendo um estudo qualitativo não houve a preocupação com a representatividade da amostra, verificou-se que estes se encontram na faixa etária entre os 33 e 52 anos recriando aproximadamente a realidade constatada pela comunidade científica em Portugal na qual uma das faixas etárias de maior ocorrência de homicídios seria entre os 36 e os 50 anos. Na análise do estatuto conjugal/tipo de união observou-se uma prevalência do casamento nos participantes do estudo o que contradiz o consenso da comunidade científica relativamente à maior incidência dos homicídios conjugais nas uniões de fato (Wilson et al., 1993; Wilson & Daly, 1996; Shackelford, 2001; Eke et al., 2011; Mize et al., 2009). Evidenciou-se uma variação da sua formação académica oscilando entre a inexistência de habilitações académicas e a formação superior o que questiona, de igual modo, a referência da comunidade científica à prevalência de um baixo grau de habilitações literárias nos homicidas conjugais.

### **Dinâmicas da relação afetiva e conjugal**

Nos **Fundamentos da relação afetiva e conjugal**, conclui-se a unanimidade e a convergência dos participantes no que respeita à necessidade do respeito e cumprimento da lei por parte da cónjuge. É interessante salientar que este imperativo do respeito por parte da cónjuge parece evidenciar uma perspetiva predominantemente egocêntrica e centrada no cumprimento das necessidades do homicida na relação conjugal. É relevante o fato do respeito e cumprimento da lei, bem como os objetivos partilhados se sobrepõem como fundamentos da relação conjugal à confiança e ao diálogo. Isto reforça a ideia de uma dinâmica conjugal caracterizada pela existência de uma vinculação insegura e de evitamento das relações de intimidade (Carraud et al., 2007 cit.

in Forgues-Marceau, 2011; Dutton & Kerry, 1999). A baixa relevância, para os participantes, da fidelidade e honestidade e o agir em prol da família indicia a complexidade do entendimento do fenómeno do homicídio conjugal e contradiz a associação comumente partilhada pela comunidade científica entre o homicídio conjugal e o homicídio passional. Para além disso, a análise dos fundamentos da relação conjugal e afetiva para o homicida conjugal introduz a complexidade do funcionamento psicológico do homicida conjugal uma vez que o que é referido como essencial e relevante pelos participantes com relação à cónjuge foi justamente o que foi negado pelos próprios.

No que respeita ao **Significado atribuído à relação afetiva e conjugal** por parte do homicida conjugal, foi possível identificar a importância atribuída na relação conjugal, por parte dos participantes, a aspetos como “estabilidade, a calma, e tranquilidade” ou a “educação, a formação e o equilíbrio”, e ainda a juventude e a beleza da cónjuge. Estes foram os elementos de maior convergência referidos pelos homicidas conjugais para estabelecerem um relacionamento afetivo com a cónjuge. A (in)existência de sentimento amoroso e a constituição de família foram os aspetos menos relevantes, demonstrando que a relação conjugal não se centra na existência do sentimento amoroso e de alteridade pela cónjuge, mas antes no que podem usufruir a partir da cónjuge para o seu próprio benefício e equilíbrio psicológico. Estes dados levam-nos a ponderar a existência de uma relação onde prevalece a dependência e a necessidade excessiva de serem tranquilizados pela cónjuge (Bénézech, 1987 cit. in Lefebvre, 2006).

Associado ao significado atribuído à relação vemos reforçados como **Fatores despoletadores da relação afetiva e conjugal** o vínculo de dependência do homicida conjugal face à família da cónjuge bem como o vínculo de dependência da cónjuge. O vínculo de dependência quanto aos familiares da cónjuge é sentido como uma contrariedade “eu queria vir-me embora...mas eles eram bons, pensava estou a ser bem acolhido(...)” face ao qual o sujeito tinha obrigação em dar resposta “o pai era um homem honesto e ela também”.

Numa primeira análise, a referência da parte dos participantes ao vínculo de dependência da cónjuge como fator despoletador da relação “ela vivia na casa de uma amiga...não tinha apoio de ninguém, não tinha contacto com a família dela” parece entrar em contradição com a ponderação anterior sobre a existência de um vínculo de

dependência do homicida conjugal face à cônjuge. Esta aparente contradição fundamenta as primeiras linhas de compreensão sobre o funcionamento psicológico do homicida. Coloca-se a hipótese do homicida conjugal, ao não ter capacidade de elaborar a sua dependência face à cônjuge, negar e projetar sobre a mesma a sua própria dependência socorrendo-se eventualmente dos mecanismos de negação e identificação projetiva. O fator de menor relevância referido pelos participantes para o despoletar da relação afetiva e conjugal foi a partilha de projeto de vida, o que a se confirmar remeteria para um relacionamento de alteridade e consciência da cônjuge como ser separado.

Um aspeto a salientar é a alusão a problemas na família de origem como elemento despoletador para a relação conjugal “o meu padrasto quis bater na minha mãe e eu fui agressivo com ele e saí de casa (...) fui com ela...ela levou-me...” Apesar de ser um fator divergente no discurso dos participantes este revela a possibilidade de uma vivência traumática familiar. Não deixa de ser curioso que este fator despoletador da relação conjugal é um dos fatores psicológicos que, segundo a comunidade científica, ao ser vivido de forma precoce produziria um terreno propício para a passagem ao ato homicida em idade adulta (Lefebvre, 2006; Blackburn & Côté, 2001; Dobash et al., 2007). No nosso entender, a não convergência por parte dos participantes relativamente à vivência traumática familiar, não deve levar à relativização do impacto deste fator no desenvolvimento da psique do homicida conjugal ou à afirmação da inexistência dessas vivências. Colocamos como hipótese disto se dever sobretudo ao fato de que, no presente estudo, os participantes não foram questionados diretamente sobre a sua história de vida pessoal, uma vez que nos centrámos na compreensão da dinâmica da relação conjugal.

Quando a questão central é as **Principais dificuldades na relação afetiva e conjugal** é unânime a referência à conflitualidade/separação como principal dificuldade, assinalando como elementos recorrentes “o defeito era não falar comigo”, “não respeito por nada”, “a relação degradou-se e a minha mulher insistia em separarmo-nos”, “ela criava os problemas”, e “até à minha companheira nunca tinha batido em nenhuma mulher e com ela isso aconteceu”.

Os dados obtidos são concordantes com o enquadramento teórico na medida em que é aceite por diversos autores que, na generalidade dos casos dos homicídios conjugais, existiria uma associação entre a conflitualidade extrema na relação de

intimidade e outras dificuldades tais como a violência física ou um historial de interações violentas no casal (Blackburn & Côté, 2001; Serran & Firestone, 2004; Dugan et al., 2003). De acordo com o discurso dos participantes parece fazer mais sentido falar da existência de conflitualidade severa na relação conjugal sustentando a crítica de alguns autores sobre o facilitismo inerente à associação entre o continuum da violência conjugal e o homicídio conjugal (Blackburn & Côté, 2001; Aldridge & Browne, 2003, Gartner, Dawson & Gratner, 1999, Côté, Hodgins & Toupin, 1999 cit. in Forgues-Marceau, 2011; Drouin & Drolet, 2004; Belfrage & Rying, 2004; Lefebvre, 2006). Com efeito apenas um participante assume de forma explícita a violência física na relação com a cónjuge. Esta divergência e não referência à violência conjugal levam-nos à ponderação sobre um enviesamento dos dados obtidos. Apesar da violência conjugal ser apresentada pela comunidade científica como um fator situacional primordial para a avaliação do risco de homicídio conjugal, esta não foi referida por parte dos participantes. Será que as cónjuges não foram alvo de violência física antes de ser cometido o homicídio (Belfrage & Rying, 2004), ou que os participantes possuem uma determinada vivência do que consideram ser a violência ou ainda que existiu uma omissão voluntária da parte dos participantes por não ser uma resposta popular e não ter havido um questionamento direto da parte da entrevistadora?

É fundamental relembrar a complexidade da investigação em contexto prisional e os constrangimentos e implicações decorrentes na relação com a entrevistadora como elemento interno da estrutura prisional, salientando a relação entre a narrativa do crime e as circunstâncias (contexto) em que foi produzida (Gregorio, 2009).

O mesmo participante que assume a violência na relação conjugal associa-a aos consumos abusivos de álcool “porque na altura não pensava...a mudança era o álcool...o álcool era água... hoje entendo isso...”, o que está em concordância com alguns autores que afirmam que o consumo de álcool pode desempenhar um papel desinibidor e favorecer a passagem ao ato que poderia não ser despoletada sem este fator catalisador (Korn, 2003).

Associada à questão da conflitualidade surge a convergência nas respostas sobre a iminência ou concretização da separação. Numa primeira linha de interpretação, esta constatação parece reforçar o enquadramento teórico no qual se defende que a separação conjugal comportaria um risco de morte elevado (Wilson et al., 1993; Wilson & Daly, 1996; Dugan et al., 2003; Belfrage & Rying, 2004). No entanto, se aprofundarmos a

análise dos dados obtidos verificamos que é necessário um entendimento mais fino sobre este fator situacional. De fato, os participantes referem sobretudo a antecipação/iminência da separação e a intensificação da conflitualidade daí decorrente “estávamos separados mas continuávamos a viver na mesma casa (...)”, “fomos ficando cada vez mais silenciosos à espera de uma solução” e “Tínhamo-nos separado sucessivas vezes”. Agregado a isto fica patente a dificuldade da concretização da separação da cónjuge “(...) ela criava os problemas, terminávamos, voltávamos (...)” e “Eu fiz várias tentativas de me vir embora” e a instalação de um conflito interno de difícil metabolização no homicida conjugal.

Segundo alguns autores, este conflito seria decorrente da dificuldade de elaboração do sentimento de abandono (Dutton & Kerry, 1999; Dutton, 2001; Blackburn & Côté, 2001), da reação de cólera ou de ciúme intensos face à possibilidade de separação (Farooque et al., 2005), e da suspeita de infidelidade (Lefebvre, 2006; Borges, 2006). Seguindo esta linha de pensamento, a instabilidade psicoemocional do homicida conjugal e o risco de passagem ao ato surgiriam de uma conflitualidade severa interna e externa (Wilson & Daly, 1996; Serran & Firestone, 2004) e não tanto da separação efetiva. Esta hipótese contraria os dados da comunidade científica que considera que o período de maior risco de homicídio seria o período de três meses seguintes à separação (Lefebvre, 2006). Para além disso, um dos participantes contraria este tempo médio defendido e confirma que o principal fator de risco poderá ser a severidade da conflitualidade interna e externa quando refere que “o homicídio aconteceu 2 anos após a separação”.

Outra das dificuldades na dinâmica da relação conjugal que apresenta maior convergência foi a infidelidade conjugal. A referência de três participantes a este aspeto parece confirmar o enquadramento teórico anterior no qual a desconfiança excessiva sobre a fidelidade ou a traição consumada por parte da cónjuge estariam associadas ao despoletar do ciúme e de raiva o que poderia gerar uma forte instabilidade afetiva no homicida conjugal (Ronin, 2012). Mais uma vez revela-se fundamental especificar de forma mais fina o tipo de infidelidade real ou fantasmática, de forma a contextualizar a instabilidade do homicida conjugal. De fato, o desejo de confirmar a dúvida sobre a convicção inabalável de infidelidade e traição sustenta um vínculo específico de dependência, submissão e até mesmo de fusão entre o homicida conjugal e a cónjuge o que não significaria forçosamente a consumação real de adultério. E de facto na nossa amostra foi apenas confirmada a consumação do adultério num dos cinco participantes.

Curiosamente, quando nos centramos na análise sobre a dificuldade em ligar-se a alguém/medo da dependência verificamos uma menor convergência das respostas dos participantes. Esta constatação surge também no (des)investimento e (des)erotização na relação conjugal “Nunca senti que tinha uma vida conjugal com ela” e “O interesse por ela era verdadeiramente nulo”.

Estes dados reforçam a importância duma compreensão mais aprofundada sobre o grau de consciência da dependência face à cónyuge dadas as contradições existentes entre as verbalizações e os comportamentos do homicida conjugal que fazem supor uma forte negação do medo da dependência pelas angústias extremas que a antevisão da separação despoleta, tal como podemos observar na análise da sub-categoria Conflitualidade/Separação. Estes dados, associados aos fatores despoletadores da relação, confirmam o enquadramento teórico apresentado anteriormente por Bénézech (1987, cit. in Lefebvre, 2006) e por Escard et al. (2008) no âmbito das perturbações de personalidade narcísicas em que os homicidas conjugais são descritos como indivíduos com uma enorme dependência da cónyuge com predomínio da vinculação ambivalente oscilando entre sentimentos de amor e de ódio.

Uma das últimas dificuldades apresentadas na dinâmica da relação foi o nascimento dos filhos e aspetos relacionados com a parentalidade corroborando que “depois só piorou após ter os filhos... passei a sentir-me obrigado a cumprir o papel de marido e o papel de pai...(...)” e “a minha mulher estava a sofrer o pós parto” ou ainda que “para mim foi uma perda muito difícil, não poder ter acesso à minha filha”. Os filhos parecem, assim, surgir como um fator de instabilidade psicológica e despoletador de sentimentos de rivalidade e abandono no homicida conjugal “quando o pai sente o seu afastamento por causa dos filhos. Estão sempre com a mãe, ficamos sem apoio...isso ajuda muito para ficarmos transtornados e não conseguirmos pensar corretamente. Entende o vazio?”, o que nos parece poder relacionar-se com as perturbações de natureza narcísica. Outro aspeto associado ao nascimento dos filhos seria o desempenho da parentalidade descrito como fonte de conflito, remetendo para a importância do impato da parentalidade enquanto fator situacional a investigar na sua relação com o ato homicida.

O estudo da dinâmica da relação afetiva e conjugal contemplou ainda duas outras categorias: Auto-representação do homicida conjugal e Representação mental do homicida conjugal sobre a cónyuge nos períodos pré e pós homicídio.

Na **Auto-representação do homicida conjugal** comprovou-se a total convergência no discurso dos participantes no fato de possuírem uma representação positiva de si próprios, representando-se com qualidades como “calmo”, “boa pessoa”, “tranquilo”, “trabalhador”, ou ainda como conhecedor “dos limites e que sei até onde posso ir”, “amigo do amigo”, “bom ouvinte”, “contra a violência”, “simples e humilde”. Observou-se também uma convergência no ver-se e sentir-se como honesto/responsável, sendo que dois dos cinco participantes contextualizam esta descrição no momento atual de reclusão. Acrescenta-se a isto uma descrição significativa no que concerne a ver-se e sentir-se como trabalhador. Em contrapartida é praticamente inexistente a referência a aspetos menos positivos de si próprios limitando-se a elementos como “insatisfeito”, “decisivo” e “impulsivo”.

Estes dados são confirmados pela literatura que relata que os homicidas conjugais possuem um modelo positivo de si próprios negando de modo defensivo as relações de intimidade (Perreault, 2000), apresentam uma boa capacidade de adaptação social (Blackburn & Côté, 2001), possuem um emprego regular e uma aparente estabilidade (Forgues-Marceau, 2011) e a existência da prevalência das personalidades “sobrecontroladas” (Dutton & Kerry, 1999). O predomínio da baixa referência dos homicidas conjugais quanto à agressividade e impulsividade levam-nos a ponderar a hipótese de, na generalidade, não existir um historial de antecedentes agressivos no relacionamento com a cónjuge o que parece ir ao encontro da inexistência de um historial de violência física.

Nos participantes em estudo destaca-se a referência aos valores/(des)confiança com expressões como “sou um pouco desconfiado”, “contra a violência”, “não tolero traições e mentiras”, “detesto hipocrisia, mentira e falsidade” e “choça-me ver animais maltratados”, sendo praticamente inexistente a alusão ao agir em prol dos outros.

A convergência da representação positiva sobre si próprio, com o predomínio dos valores identificados como primordiais e a baixa referência à ação em prol dos outros manifestam-se, na generalidade dos participantes, sem a menção ao contexto de reclusão e o motivo pelo qual estão detidos. Isto leva-nos à ponderação sobre um funcionamento psicológico onde se confirma uma enorme dificuldade de deflexão sobre si próprio e sobre os seus comportamentos, uma falta de empatia pelos sentimentos do outro (Bénézech, 1987 cit. in Lefebvre, 2006), uma negação da alteridade (Escard et al., 2008) e, por fim, uma contradição entre a descrição que o sujeito faz de si próprio e das



suas necessidades e a descrição do contexto exterior e as necessidades da cônjuge, contradição essa característica das neuroses de carácter e das perturbações narcísicas (*idem*).

Agregado à forma como o homicida conjugal se auto - representa analisámos a **Representação mental do homicida conjugal sobre a cônjuge nos períodos pré e pós homicídio**. Um dos primeiros dados a destacar é a convergência dos participantes quanto à resistência à evocação da representação mental sobre a cônjuge, demonstrada por frases como “Não penso como morte da minha parceira, mas sim a morte de quem nunca deveria ter morrido (...)” ou “eu não posso lembrar-me de nada do que passámos de bom...” ou ainda “ Neste momento não penso na minha companheira...evito pensar (...)”. A resistência parece decorrer de sentimentos contraditórios e da evocação de imagens traumáticas no que diz respeito à cônjuge.

Assistiu-se a uma unanimidade dos dados recolhidos sobre as questões relacionadas com a vinculação tornando-se predominante o que parece ser uma vinculação ambivalente entre o amor e a zanga. Esta vinculação ambivalente é confirmada pela preponderância da vulnerabilidade/desvalorização da cônjuge descrita como “frágil”, “ inocente”, “vítima”, “confusa”, “sem auto-estima”, “desequilibrada”, ou ainda como “uma pessoa maquiavélica” e que “não era um ser humano” a par da convergência da idealização da cônjuge representada como “mulher 5 estrelas”, “excecional”, “boa companheira”, “boa mãe”, “boa dona de casa”. Note-se que no discurso de um mesmo participante pode existir uma oscilação quase simultânea entre a vulnerabilidade /desvalorização e a idealização da cônjuge, sendo que vulnerabilidade/desvalorização foi ligeiramente mais representativa do que a idealização da Cônjuge.

A primazia da representação ambivalente da cônjuge vai ao encontro da ideia veiculada por Bénézech (1987 cit. in Lefebvre, 2006) que considera que os homicidas conjugais apresentam perturbações graves nos relacionamentos interpessoais oscilando entre a idealização e a desvalorização do outro. Podemos colocar a hipótese de que esta representação ambivalente da cônjuge, vivida quase que em simultaneidade, de modo continuado e progressivo cria um ambiente mental de grande instabilidade e incoerência no sentimento de si. Estes dados confrontam-nos com a dúvida se existirá uma tendência no homicida conjugal em estabelecer uma dinâmica relacional ambivalente com a cônjuge ou esta ambivalência é inflacionada perante o investigador no momento



da elaboração sobre a representação da cónjuge no período pré e pós homicídio como forma de justificar o seu ato?

Quando indagamos o homicida conjugal sobre as expetativas atribuídas à cónjuge na relação afetiva apuramos elementos no discurso de carater absolutista e idealizado como “esperava de mim...Tudo... eu fui um Príncipe Encantado”, o “ser feliz com o outro”, “ ser um marido cinco estrelas” ou como um elemento que a ajudaria a “subir na vida”. É curioso verificar que algumas das expetativas atribuídas à cónjuge pelos participantes coincidem com os traços referidos anteriormente na representação idealizada da cónjuge.

Os dados recolhidos acentuam o que tem vindo a ser sinalizado ao longo desta discussão no que diz respeito à presença de uma relação objectal narcísica com a cónjuge com uma falha na diferenciação entre si e o outro, um determinado grau de fusionalidade (Perrault, 2000) e um processo deficitário na separação-individação (Escard et al., 2008). Em ultimo grau, era como se o homicida conjugal falasse constantemente de si através da cónjuge considerando – a uma extensão narcísica de si próprio decorrendo em simultâneo uma raiva narcísica intolerável quando a cónjuge não corresponde à sua idealização. Nesta linha de pensamento, o homicida conjugal é apresentado como uma pessoa que não adquiriu, aquando do processo de individuação, a capacidade de separação e estar em relação com o outro (*idem*).

### **Ato homicida e eixo motivacional**

Conhecer a perceção do homicida conjugal sobre a sua estabilidade psicológica, os fatores que, no seu entender, terão despoletado o ato homicida e o impacto psicológico da evocação desse mesmo ato parece-nos fundamental quando se aborda o homicídio conjugal na perspetiva de quem o cometeu.

Na análise à **Auto-avaliação do homicida conjugal no período anterior ao ato homicida** realça-se a convergência no discurso dos participantes sobre a instabilidade psicológica no período pré-homicídio alicerçada numa profunda perturbação descrita como “transtorno”, “desorientação”, “incompreensão”, “solidão”, “stress”, “indignação”, “desespero”, “revolta” e “distúrbios psicológicos e psicossomáticos”. Apenas um dos participantes considerou estar estável em termos psicológicos no período anterior ao crime. Curiosamente foi este o participante em que o homicídio terá

ocorrido na sequência do confronto direto e inesperado com a situação de adultério da cónjuge.

Na mesma linha de convergência, deparamo-nos com o ver-se/sentir-se como vítima/vulnerabilidade narcísica e o medo de ser usado e enganado/manipulação atribuída à cónjuge. De facto, os cinco participantes declaram que, no período anterior ao crime cometido, sentiam-se vulneráveis, e experienciavam algum tipo de manipulação por parte da cónjuge. Nos cinco participantes, a cónjuge é descrita como alguém que provocou prejuízos profundos. São referidos sentimentos como “estar a ser usado”, “falsidade”, “encenação e representação”, “estava a gozar comigo”, “contradição entre o que dizia e fazia”, “desconfiança”.

Estes dados vão ao encontro das principais ideias referidas pela comunidade científica de, no período anterior ao homicídio, o indivíduo apresentar uma forte instabilidade emocional com alterações psicossomáticas (Escard et al., 2008), perturbações graves na estabilidade e coerência no sentimento de si nos sujeitos com perturbações narcísicas (Lefebvre, 2006), uma regressão a um estado dissociativo nos sujeitos com perturbações borderline (Blackburn & Côté, 2001) ou ainda traços esquizoides ou paranoides associados a um delírio de ciúme ou uma depressão psicótica com delírios de cariz paranoide do tipo persecutório e alucinações (Lagache, 1997, Blinder, 1985 e Malmquist, 1996 cit. in Lefebvre, 2006). No discurso dos participantes é explícito não só um intenso mal-estar psicológico, mas também uma profunda dificuldade de elaboração da conflitualidade interna insuportável com tendência à projeção sobre a cónjuge da responsabilidade e intencionalidade em provocar um dano pessoal.

Os dados recolhidos parecem confirmar o homicídio conjugal como um processo crítico catatímico caracterizado por um primeiro período de incubação (Dutton & Kerry, 1999), no qual a confirmação da intencionalidade do sofrimento infligido pela cónjuge justificaria o segundo período da passagem ao ato homicida.

De forma a fundamentar a afirmação acima referida, debruçamo-nos sobre outro aspeto de grande relevância: os **Fatores despoletadores do mecanismo de passagem ao ato homicida conjugal**. Numa primeira análise constata-se de imediato a conjugação de múltiplos fatores despoletadores da passagem ao ato homicida (Forgues-Marceau, 2011).

No nosso estudo observa-se uma conjugação da conflitualidade/separação, com a evocação da ferida narcísica e a perda de controlo da impulsividade/ruminação homicida. A conflitualidade na relação conjugal provocada por sentimentos de prejuízo e de estar a ser alvo de um “jogo”, de “uma mentira” e de um ataque premeditado por parte da cónjuge “quando se está numa luta a ideia é deitar abaixo o inimigo”, pelo sentimento de raiva “eu lembro-me que não existia nada...era só eu e ela e a minha raiva...” e de ódio “a progenitora não cumpriu com as obrigações que lhe eram devidas” ou pela suspeita de um relacionamento extra - conjugal parecem convocar sentimentos profundos de vulnerabilidade narcísica no homicida conjugal. É na sequência da evocação da ferida narcísica e de um “derrame hemorrágico continuado” (Escard et al., 2008) “naquela noite em vez de tentar fechar a ferida só abriu mais” que surge a perda de controlo da impulsividade/ruminação homicida “(...) passamos a estar num estado inconsciente, não queremos fazer mal mas o balão rebentou e depois quando se vê a hipocrisia da mulher...a calma!!!...(...)”.

O que é de realçar é que esta perda de controlo da impulsividade em quatro dos cinco participantes surgiu na sequência da ruminação homicida o que pode significar que a passagem ao ato advém de uma falha na capacidade de elaboração da vulnerabilidade narcísica patente na fase de ruminação.

Estes dados são de extrema importância pois reforçam o predomínio de uma relação objetual narcísica com a cónjuge, na qual quanto maior a fusionalidade, maior a angústia de separação, maior a intensidade da conflitualidade interna e externa e maior a probabilidade de passagem ao ato homicida. A passagem ao ato homicida teria assim uma função elementar que seria a de eliminar angústias ambivalentes insuportáveis (*idem*), uma função secundária de eliminar o “mau objeto” e destruir a fonte de frustração despoletadora dessas angústias (Kernberg, 2006), e uma função conclusiva de apaziguamento e recuperação do sentimento de existência. Nesta linha de pensamento corrobora-se a ideia de que os homicidas conjugais se situariam na linha de organização limite-narcísica (Timsit e Berthier, 1993 cit. in Pais, 1998), arriscando-nos a afirmar que se confirmaria, em alguns homicídios conjugais, o que Kernberg (2006) intitulou por Síndrome do Narcisismo Maligno.

Agregados aos fatores despoletadores do mecanismo de passagem ao ato homicida surge também a alusão às questões relacionadas com a masculinidade afirmando que “ (...) As mulheres morrem por culpa das suas mães e das suas avós,

porque as próprias que foram vítimas incentivaram as filhas a enfrentarem um lobo (...)” e a dor associada à infidelidade conjugal “ No dia em que cheguei a casa e topei a minha mulher com o gajo...meu deus lutei tanto para que isto não acontecesse...e afinal aconteceu...lutei tanto (...). É de realçar que também estes são referenciados numa trama de conjugações multifatoriais. Estes dados incidem num dos fatores situacionais aceites pela comunidade científica referente às teorias de propriedade masculina, auto-defesa e complexo de honra associadas às diferenças de género (Serran & Firestone, 2004; Pérez et al., 2005; Mize et al., 2011).

Por fim, concluímos que o fator que apresenta menor representatividade no discurso dos participantes foi a introdução da lei/terceiro elemento como regulador da relação afetiva e conjugal. Esta constatação contrariou a expectativa de uma maior convergência na alusão a este fator, da parte dos participantes, como fator despoletador da passagem ao ato homicida dada a intensificação da conflitualidade e stress no homicida conjugal quando é incluída a autoridade à semelhança do que foi defendido por Dugan et al. (2003).

Para firmar a compreensão sobre o mecanismo da passagem ao ato homicida conjugal, achou-se conveniente analisar o impacto emocional no homicida conjugal face à **Evocação do ato homicida**.

Um dos aspetos a apontar é a convergência dos dados na resistência ao pensamento sobre o ato homicida, sendo notória a oscilação entre a tentativa de negação/clivagem do ato e a recordação constante das imagens agregadas ao ato homicida visto que “ As coisas más não devem ser recordadas” por sentirem que “não é benéfico” e por receio de “ dar em doido”. Na verdade, os mesmos participantes relatam uma recordação permanente assumindo que “muitas vezes a minha cabeça vai bater naquela noite(...), e que “(...) Tenho uma imagem muito forte mas não quero dizer...eu não falo dessa imagem com ninguém...agora é a mesma imagem que regressa (...) penso naquele minuto sempre.” A este respeito introduz-se um dado curioso no que se refere aos participantes que não manifestaram resistência ao pensamento sobre o ato homicida dado os polos opostos em que se posicionam. Um dos participantes que se confrontou com a cónjuge em pleno adultério assume “pensar todos os dias” no sucedido lamentando o fato de não poder viver um relacionamento de longevidade com a sua cónjuge semelhante ao dos seus avós, ao passo que o outro participante não considera “que tenha tirado nada de valor”.

Na continuidade da análise sobre os sentimentos despoletados pela evocação do ato homicida parece comprovar-se o enquadramento teórico de Blackburn e Côté (2001) quando referem que, na generalidade, os homicidas conjugais acabam por integrar no seu processo de reorganização psicológica sobre o homicídio da cónjuge, ao longo dos anos, uma representação de si próprio acompanhada pelo afeto essencialmente depressivo. Efetivamente, observa-se um predomínio nos participantes do horror e sentimentos de despersonalização com descrições como “assustador”, “horrível”, “confusão entre fantasia e realidade”, “arrepios”, “ato bárbaro”, seguido pelo arrependimento mencionando sentir “remorsos”, “arrependimento”, ou ainda “que se o arrependimento matasse já estaria morto”. O predomínio do horror e sentimentos de despersonalização parece sobrevir na medida em que existe a consciência de que o ato homicida é condenável e grave ao nível social sem se centrarem no prejuízo para a vítima. Já o arrependimento parece emergir pela via do contato com a culpa e das consequências para si próprio e para o outro.

Apurou-se a referência à paz e tranquilidade num participante defendendo que criou “todas as condições para que a família, ainda que separada, tivesse uma vida sã.”. A alusão à paz e tranquilidade na evocação sobre o ato homicida situa este participante num grau de impossibilidade de elaboração e consciência do seu ato e eventualmente na inexistência psicopática da culpa. Esta referência materializa o ciclo crítico catatímico descrito por alguns autores (Dutton & Kerry, 1999; Lefebvre, 2006) no qual a última fase da passagem ao ato homicida seria o alívio/apaziguamento e tranquilização.

Acerca da evocação sobre o ato homicida é ainda de realçar a convergência dos participantes sobre o conflito entre o ato e os valores, sendo que o conflito baseia-se sobretudo numa questão de género “Sou um defensor das mulheres por entender que são mais frágeis fisicamente” e não tanto pelo teor do ato como mortal. Por último, surge a referência à orfandade dos filhos/ perda dos familiares da cónjuge como consequência do ato homicida destacando-se uma maior convergência das respostas sobre o prejuízo provocado sobre os filhos “(...) é a mãe do meu filho...ele pergunta por mim e não pergunta pela mãe...ele não tem mãe por causa de mim...” e não tanto sobre o sofrimento ou dano provocados nos familiares da cónjuge.

Se entendermos a evocação do ato homicida como o momento em que é percecionado o sentimento de autoria e o grau de consciência e responsabilidade do homicida conjugal sobre o ato praticado, e se cruzarmos com os dados obtidos na Auto -

Avaliação do homicida conjugal no período anterior ao ato homicida, podemos inferir que, apesar do ato homicida ter sido desencadeado num período de forte instabilidade psicológica e eventual regressão, a generalidade dos participantes mantiveram o contato com a realidade, a consciência e a responsabilidade face aos seus atos (Forgues-Marceau, 2011; Blackburn & Côté, 2001; Boisvert, 1996). Esta contribuição teórica parece exigir a averiguação futura da hipótese de que a vivência de um estado dissociativo não se apresenta como um parâmetro estável para a definição da estrutura de personalidade do indivíduo que comete o ato homicida (Blackburn & Côté, 2001). Para além disso, é inquietante verificar que a capacidade de mentalização sobre os afetos depressivos só é possível quando o homicida conjugal entra num processo de luto face à concretização da não existência da cónjuge.

### **Elaboração sobre o ato homicida e a prevenção**

No que se refere á **Atribuição dos papéis de vítima e de agressor** é patente a convergência dos participantes na designação da cónjuge como principal agressor sentindo-se vítimas do dano causado pela própria “(...) eu fui vítima e ela foi o agressor”, ou a designação de ambos como vítimas e agressores na relação afetiva e conjugal “Acho que fomos ambos, tanto ela foi vítima como eu...nós atacávamo-nos um ao outro...logo faz-nos aos dois vítimas e aos dois agressores”. Neste sentido, nenhum dos cinco participantes se considera como o agressor único na relação conjugal, apesar de uma minoria referir uma alteração de papéis no pré e pós homicídio “na noite do crime é claro que fui eu o agressor desde o primeiro minuto e ela a vítima”.

Esta representatividade do papel de vítima no homicida conjugal pode ser justificada pelo predomínio das neuroses de carácter e perturbações narcísicas nos indivíduos que cometem o homicídio conjugal (Escard et al., 2008). Estas considerações parecem ser concordantes com a análise dos dados efetuada nas sub – categorias Auto-Representação do Homicida Conjugal, na Representação mental do homicida conjugal sobre a cónjuge nos períodos pré e pós homicídio e na Auto-Avaliação do Homicida conjugal no período anterior ao homicídio.

Acresce aos dados obtidos o fato relevante de que o homicida conjugal, mesmo após a condenação pela figura de autoridade jurídica, mantém a sua convicção do predomínio do papel de vítima na relação com a cónjuge. Estes dados parecem indicar

uma impossibilidade de compromisso entre os dados da realidade social e jurídica e a sua convicção privada.

Isto remete-nos para o entendimento do **Significado da reclusão para o homicida conjugal** no qual sobressai a unanimidade das respostas dos participantes no que respeita ao impacto negativo da reclusão sobre o seu bem estar psicológico e sobre o futuro alegando que “jamais seremos reabilitados e o meu estado psicológico sairá ferido, magoado e incapacitado”, que teriam a “vida destruída” e que “esse tempo que eu estou preso estragou a minha vida”. De modo semelhante, destaca-se a resistência a pensar em si como recluso na medida em que apenas dois participantes afirmam a sua condição de reclusos devido ao ato cometido. Na maioria dos participantes fica patente a negação da sua condição como reclusos afirmando que “Se eu pensar como recluso não será evolução eu quero e sonho viver no exterior “ e que “ Sinto-me estar a ser usado e abusado por instituições delinquentes”.

A par do impacto negativo sobre o bem estar psicológico e da resistência ao pensamento de si como recluso surge em simultâneo o dado paradoxal da vivência da reclusão, por alguns dos participantes, como fator promotor de mudança da personalidade, da capacidade de controlo da impulsividade e da necessidade de estratégias alternativas de resolução de problemas.

Na análise aprofundada aos dados recolhidos, a reclusão assume sobretudo um carácter punitivo de um ato disruptivo sobre o qual a generalidade dos participantes não se posiciona como atores do seu ato, mas antes como sofrendores das consequências negativas infligidas pelo sistema jurídico. Isto vem na linha de continuidade do sentimento de humilhação, e no ataque sentido ao seu amor-próprio (Boisvert, 1996). A vivência da reclusão não se apresenta, assim, como um contributo à elaboração da culpa face à morte da cónjuge, nem como promotora de uma posição depressiva face a si próprio.

No seguimento da situação acima identificada, surge outro aspeto de não menos importância, relativo às **Considerações sobre o acórdão da sentença**. Nos participantes em estudo constata-se a convergência relativa ao desacordo com a pena atribuída, tida como “abuso”, como “absurda” ou ainda como “pesada demais”. Apenas dois participantes concordam com a pena atribuída, tendo um participante salientado que “Acho pouco...e fico revoltado quando vejo crimes como o meu e piores terem



menos pena do que eu (...).”. Agregado ao desacordo sobre a sentença é notório o sentimento dos participantes de que, no decorrer do seu processo jurídico, não se terá observado um investimento na procura da verdade por parte da Lei, chegando mesmo um dos participantes a propor a despenalização do seu crime para homicídio privilegiado.

O ultimo aspeto contemplado foi a **Prevenção do ato homicida** na perspetiva do homicida conjugal. Todos os participantes consideraram que o homicídio poderia ter sido evitado. Apontam como fatores relevantes para a não passagem ao ato homicida a capacidade de “diálogo”, do “respeito pela família” e de “calma” por parte da cônjuge. Estes dados são de extrema importância pois evidenciam não só a forte ligação entre o ato homicida e as respostas do exterior e sobretudo da cônjuge, bem como o carácter regressivo do mesmo “ quando uma criança está chateada temos por tendência ouvi-la, acariciá-la e ela aí acalma...era a atitude de diálogo a ter com o homem...”. Outro dos fatores referidos para a prevenção do ato homicida, na perspetiva do homicida, seria um abrandamento das mudanças sociais relativas aos direitos da Mulher que desencadeavam no Homem o sentimento de ataque à sua honra.

Assim, parece ser sustentada a afirmação de que o vínculo específico entre o homicida conjugal e a cônjuge não passaria pela partilha, pelo respeito, pela autonomia, mas antes pela dependência, submissão, tirania de um sobre o outro, em nome de uma tentativa de “fusão” ou de “complementaridade” indispensáveis (Korn, 2003).

É ainda interessante mencionar que alguns dos participantes, apesar de em menor expressão, apresentam como aliados para a prevenção do homicídio conjugal a Lei e os Meios de Comunicação Social. Apela à Lei o exercício de uma justiça operante que defenda com coerência e igualdade os direitos dos homens. No que se refere à intervenção dos meios de comunicação social se por um lado possuem responsabilidade na continuidade dos homicídios conjugais pela naturalidade com que divulgam os mesmos, por outro possuiriam poder para transmitir uma mensagem de prevenção desta vez dirigida aos potenciais homicidas dissuadindo-os do seu ato.



## CONCLUSÃO

Com a presente investigação procurou-se analisar a dinâmica da relação afetiva e conjugal do homicida conjugal com a vítima, identificar o eixo-motivacional que legitima o mecanismo de passagem ao ato e compreender as particularidades do funcionamento e conflito psíquicos do homicida conjugal presentes no processo de elaboração e integração do ato homicida. Decorrente disto, procurou-se alertar para a necessidade de adotar novas estratégias de intervenção que visem o potencial homicida, uma vez que, ao centrarmos a intervenção nas políticas de apoio à vítima, perdemos a possibilidade de prevenir que uma pessoa se torne homicida.

O homicídio conjugal emerge como uma realidade multifatorial na qual se confirma a presença de uma conjunção poderosa de fatores sociodemográficos, psicológicos, contextuais e situacionais. Da análise dos fatores sociodemográficos, e em congruência com o conhecimento científico, foi possível verificar a precocidade do homicídio conjugal nas relações afetivas e conjugais uma vez que mais de 50 % dos participantes situavam-se na faixa dos 30 e 40 anos. Estes dados sublinham a importância da implementação precoce de medidas de prevenção nas relações afetivas ditas de risco ou vulneráveis.

O maior desfasamento encontrado entre a teoria e os dados obtidos, diz respeito ao estatuto conjugal/tipo de união, na medida em que os participantes em estudo possuíam o vínculo do casamento e não de união de fato com a cónjuge. Constatou-se, de igual modo, uma variação na formação académica o que contradiz a tendência apresentada pela comunidade científica, de uma maior taxa de homicídios em sujeitos com baixas habilitações literárias. A discrepância aferida neste estudo pode dever-se não só à dimensão da amostra, como ao fato da generalidade dos estudos serem relativos a populações com nacionalidades, culturas e contextos socioeconómicos diversos. Para além disso, estas constatações conduzem necessariamente à reflexão sobre a tendência dos fatores sociodemográficos não se revelarem como fatores estáveis de análise do homicídio conjugal necessitando de ser aprofundados na sua individualidade e prioridade (Wilson & Daly, 1996) mas também na sua associação e cruzamento.

A dinâmica afetiva e conjugal analisada sustenta uma relação na qual cabe à cónjuge cumprir as necessidades de respeito e de estabilidade psicológica do homicida

conjugal, sendo inexistentes o sentimento de alteridade, a empatia pelos sentimentos do outro e a consciencialização do vínculo de dependência face à cônjuge. Predomina a contradição entre a descrição que o homicida faz de si próprio e das suas necessidades e o reconhecimento das necessidades da vítima intensificando-se a negação do vínculo de dependência e a tendência para a projeção deste mesmo vínculo sobre a cônjuge. A antecipação/iminência da separação, a infidelidade fantasmática e a decorrente conflitualidade severa interna e externa são nomeadas como as principais dificuldades da relação afetiva e conjugal. Este é um dado desfasado do que é defendido ao nível teórico, na medida em que é aceite por diversos autores que seria a separação efetiva que comportaria um risco elevado de homicídio conjugal. Pelos dados obtidos somos alertados para o facto da correlação entre a separação e o risco de morte não poder ser interpretada numa perspetiva causal.

Constatámos que o homicida conjugal possui uma representação positiva de si próprio fundamentada pela existência de valores primordiais. Denota-se a prevalência de um funcionamento psicológico narcísico complexo com predomínio da dependência e da vinculação ambivalente oscilando entre a idealização e a desvalorização da cônjuge. Parece que quanto maior a oscilação e a intensidade da ambivalência menor a permanência do sentimento de si. A cônjuge tanto é idolatrada quanto é esmagada como um ser vulnerável, odiado e demoníaco. A dinâmica relacional parece caminhar tendencialmente para o estabelecimento de uma relação objetal narcísica sendo diminuto o sentimento de existirem dois seres separados e em relação. É nosso entendimento que estes dados colocam em evidência a importância de um estudo aprofundado sobre o sentimento amoroso e o estilo de vinculação no homicida conjugal.

A baixa referência, por parte do homicida conjugal, à violência física anterior ao homicídio conjugal contesta o tão defendido continuum entre a violência física e a ocorrência do homicídio conjugal. Neste contexto, parece ser de grande pertinência o estudo aprofundado sobre se o homicídio conjugal deverá ser entendido como uma passagem ao ato que se inscreve num continuum da violência conjugal ou como uma problemática inteiramente distinta daquela da violência conjugal dada a existência de dinâmicas diferentes na relação afetiva e conjugal, e das diferentes variáveis implicadas? (Borges, 2006).

O ato homicida conjugal e respetivo eixo-motivacional são legitimados pela intensa conflitualidade interna de difícil elaboração e pela responsabilização da cônjuge

face aos danos psíquicos provocados. Daí seria decorrente uma enorme vulnerabilidade e ferida hemorrágica narcísica sobre a qual se instala, como que em estado de incubação silenciosa e continuada, a ruminação homicida. Este estudo confirma o mecanismo da passagem a ato homicida como um processo crítico catatímico. Os dados indicam que, ao se apurar uma fase de ruminação homicida anterior à passagem ao ato contra a cônjuge, poderia existir um período crucial de intervenção com o homicida conjugal introduzindo uma possibilidade de prevenção do ato homicida o que contraria o que é defendido por vários autores respeitante às dificuldades de previsibilidade da passagem ao ato homicida (Pais, 1998; Escard et al., 2008; Forgues-Marceau, 2011).

Sobre a evocação do ato homicida fica patente a capacidade da generalidade dos homicidas conjugais efetuarem um processo de reorganização psicológica sobre o seu ato homicida ao longo dos anos com predomínio dos afetos depressivos. Apesar do estudo colocar em evidência a severa instabilidade psicológica do homicida no período anterior à passagem ao ato, comprova também o conflito de valores após o homicídio, bem como a consciência e a responsabilidade face ao ato lançando a questão sobre a inimputabilidade atribuída ao homicídio conjugal.

A decorrência dos afetos depressivos no seguimento da concretização do ato homicida foi talvez uma das conclusões mais inquietantes deste estudo. Como se o ato homicida permitisse, pela morte da cônjuge, a metabolização da frustração, da raiva narcísica e das angústias ambivalentes pela ação e a recuperação do sentimento de si, e da vida. Em última análise como se a morte física corporificasse o tormento do esvaziamento hemorrágico e da morte psíquica do homicida conjugal. Consideramos que uma linha de investigação futura seria o estudo da passagem ao ato homicida como equivalência absoluta entre fantasma e realidade.

Na elaboração sobre o ato homicida e a prevenção a cônjuge é tida como a principal agressora na relação afetiva prevalecendo como principal vítima o homicida conjugal o que consolida a presença das neuroses de carácter e das perturbações limite-narcísicas. A vivência da reclusão e o acórdão de sentença atribuído ao seu crime são sentidos como excessivos e por vezes como uma continuidade da confirmação de si próprios como vítimas. Outra das conclusões inquietantes e que remete para a necessidade de se repensar as estratégias punitivas do crime seria o fato da reclusão não se apresentar, na generalidade dos homicidas conjugais, como uma estratégia sólida para suscitar um verdadeiro trabalho de elaboração sobre o seu ato e o acesso à culpa

face ao sucedido. Urge repensar o modelo de intervenção e criminalização do homicídio conjugal, uma vez que nos parece que o pensamento procura sobretudo a punição do ato final.

A inevitabilidade e a previsibilidade do ato homicida conjugal é realçada por todos os participantes. Englobam na prevenção do ato homicida não só a capacidade de contenção da cónjuge face ao seu estado regressivo, bem como fatores sociais e externos tais como as políticas de defesa dos direitos da Mulher, a intervenção dos meios de comunicação social e a intervenção da lei. Se a referência à capacidade de contenção da cónjuge perante a iminência da morte parece atroz, fica a convicção de que este dado indicia a possibilidade de prevenção do ato homicida caso o sujeito encontre no exterior uma resposta capaz de atender à necessidade de apaziguamento e tranquilização que vai procurar na passagem ao ato homicida. Tendo em mente que se procura o entendimento sobre o fenómeno do homicídio conjugal mas também lançar pontos de partida para novas investigações promotoras da prevenção do ato homicida, lançamos a proposta da criação de uma linha de apoio de emergência para os potenciais homicidas, na qual este poderia encontrar a contenção, a compreensão e a possibilidade de elaboração de que diz necessitar para evitar a passagem ao ato contra a cónjuge.

Temos presente que, na sociedade atual, quando emerge um fenómeno disruptivo e dramático como o fenómeno em estudo a tendência é para a ativação imediata de medidas de proteção do elemento fisicamente mais vulnerável. Não questionando a necessidade destas medidas, parece-nos que a tendência para ação face à proteção das vítimas tem descurado o pensamento e as propostas de intervenção para o agente da ação homicida.

Em jeito de conclusão, devemos referir que o entendimento psicodinâmico do homicida conjugal não se esgota nos parâmetros descritos. Num estudo reflexivo como este, é essencial assumir algumas limitações, tal como a representatividade da amostra, o que pode impedir extrapolações das conclusões, e as limitações decorrentes do fato de ter sido realizado em contexto prisional o que pode levantar algumas questões sobre o eventual enviesamento dos dados e eventuais implicações éticas. Outras das limitações a referir foi o fato da revisão bibliográfica desenvolvida partir, na generalidade, de estudos em contextos socioeconómicos e culturais diferentes do contexto da população portuguesa, questionando-nos sobre a pertinência da inferência dos mesmos sobre o homicídio conjugal português. Para além disso, parece-nos que o objeto em estudo não

pode ser descontextualizado das alterações sociais, económicas e tendências relacionais de cada sociedade e de cada época, para além das políticas de proteção da vítima e de igualdade de género existentes. Consideramos também que outro dos handicaps desta investigação surge na falta de recolha de dados da história de vida pessoal e familiar do homicida conjugal. A contextualização do ato praticado com um entendimento do seu percurso de vida teria sido benéfico para sustentar a subjetividade patente na análise deste fenómeno. No entanto relembramos que este estudo de carácter exploratório pretendeu sobretudo lançar elementos de reflexão para o desenvolvimento de futuras investigações inovadoras com vista à prevenção do homicídio conjugal.

Resta-nos referir, que o percurso que agora se finaliza, foi um percurso realizado de forma lenta mas com grande gratificação e enorme riqueza de descoberta e aprendizagem. Tendo sido um percurso dedicado ao pensamento sobre a morte e a dor acentuou a importância da verdadeira aceitação, tolerância e compreensão e sobretudo a importância do verdadeiro amor entre dois seres humanos.

#### **A morte dos amantes**

Até quando, dissimulando o olhar inflamado,

Lançaremos um ao outro olhares furtivos?

Declaremos abertamente o nosso amor e, se alguém

Se opuser aos doces laços que libertam dos desgostos e à nossa

união, o remédio será para ambos uma espada:

é mais agradável ter sempre em comum a vida ou a morte.

Coluto - Antologia da Poesia Grega Clássica

## POSFÁCIO

Torcato ( 56 anos) Alice(59 anos)	Anónimo (75 anos) Anónima (59 anos)	Sérgio (38 anos) Zulmira (33anos)	Anónimo (45 anos) Anónima (32 anos)
Anónimo (51 anos) Anónima (49 anos)	Paulo (30 anos) Ana (23 anos)	Anónimo (50 anos) Anónima (41 anos)	Vitor (38 anos) Sílvia (33anos)
Manuel (54 anos) Luísa (44 anos)	Anónimo (62 anos) Anónima (54 anos)	Rui (40 anos) Amália (30 anos)	Joaquim (56 anos) Isabel (53 anos)
Pedro (33 anos) Mónica (26 anos)	Anónimo (87 anos) Anónima (82 anos)	José ( 49 anos) Margarida (54 anos)	Anónimo (49 anos) Anónima (52 anos)
Mário (41 anos) Manuela (35 anos)	Anónima (40 anos) Anónima (30 anos)	José (43 anos) Anabela (44 anos)	António (69 anos) Paula (35 anos)
Anónimo (72 anos) Anónima (52 anos)	Daniel (41anos) Elizabete (40 anos)	Carlos (61 anos) Fernanda (44 anos)	José (77 anos) Rosa (80 anos)
Anónimo (34 anos) Anónima (35 anos)	Manuel (?) Paula (38 anos)	Manuel (56 anos) Conceição (35 anos)	Gil (48 anos) Aldina (47 anos)
José (80 anos) Anónima (70 anos)	Albino (50 anos) Amélia (47 anos)	Alvaro (41 anos) Maria (51 anos)	Abel (58 anos) Emília (51 anos)
Marcos (74 anos) Armindia (68 anos)	António (48 anos) Paula (42anos)	Mário (41 anos) Maria (35 anos)	David (22 anos) Joana (20 anos)
João (46 anos) Helena (42 anos)	Anónimo (50 anos) Linda (37 anos)	Francisco (26anos) Sara (23 anos)	José (36anos) Liliana (26 anos)
Albino (37 anos) Claúdia (30 anos)	Anónimo (41 anos) Anónima (41 anos)	Anónimo (40 anos) Laura (42 anos)	José (43 anos) Sandra (36 anos)
Anónimo (50 anos) Anónima (47 anos)	Isaac (44 anos) Tânia (30 anos)	Mário (76 anos) Maria (74 anos)	Rui (46 anos) Paula(41 anos)

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, F. (1999). Tipologia do Homicídio. In P., Neves & E. Gonçalves (Eds.), *Homicidas em Portugal*. (pp. 187-219). Maia: Instituto Superior da Maia.
- Almeida, F. (2004). Homicídio na Família. *Polícia e Justiça. Revista do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais de Polícia e Justiça*, (IIIª Série Número Especial Temático), 57-89.
- Bardin, L. (2013). *Análise de conteúdo*. (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Barnard, G., Vera, H., Vera, M., Newman, G. (1982). Till Death do us part: a study of spouse murder. *Bulletin of the AAPL*, 10 (4), 271-280. Retirado de: <http://www.jaapl.org/content/10/4/271.full.pdf>
- Belfrage, H., Rying, M. (2004). Characteristics of spousal homicide perpetrators: a study of all cases of spousal homicide in Sweden 1990–1999. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 14, 121–133. doi: 10.1002/cbm.577
- Blackburn, M., Côté, G. (2001). Mesure des symptômes dissociatifs chez des individus "borderlines" coupables de l'homicide de leur conjointe. *Criminologie*, 34 ( 2), 123-143. doi :10.7202/027508ar
- Boisvert, R. (1996). Éléments d'explication sociale de l'uxoricide. *Criminologie*, 29, (2), 73-87. doi :10.7202/017390ar
- Borges, L.M. (2006). *L'homicide commis dans une relation d'intimité : comparaisons selon le sexe des agresseurs* (Tese de Doctorat en Psychologie, Université du Québec á Trois Rivières).Retirado de:<http://depot-e.uqtr.ca/1762/1/000131279.pdf>
- Borges, L. M. (2011). Crime passional ou homicídio conjugal?. *Psicologia em Revista*, 17 (3), 433-444. Retirado de : <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/viewFile/P.1678-9563.2011v17n3p433/3767>
- Castro, T. G., Abs, D., Sarriera, J.C. (2011). Análise de Conteúdo em Pesquisas de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31 (4), 814-825. Retirado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932011000400011>
- Chocard, A.S. (2002). *L'acte homicide-suicide. Revue de la Literature. A propos de 14 observations cliniques*. (Tese Diplôme d'Etat de Docteur en Medecine :

- Psychiatrie de la Faculté de Medecine d'Angers). Retirado de : <http://psyfontevraud.free.fr/theses/CHOCARD%202005.pdf>
- Decreto – Lei nº 59/2007, de 04 de Setembro. Código Penal Português. Retirado de : [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado)
- DeJong, C., Pizarro, J., McGarrell, E. (2011). Can Situational and Structural Factors Differentiate Between Intimate Partner and “Other” Homicide? *Journal Family Violence*, 26, 365–376. doi: 10.1007/s10896-011-9371-7
- Direção Geral da Política da Justiça (2013). Condenações por homicídio conjugal em processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais de 1ª instância (2007-2012). *Boletim de Informação Estatística*, 22, 1-4. Retirado de : [http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej\\_pt/destaques4485/sections/siej\\_pt/destaques4485/condenacoes - por6955/downloadFile/file/Homic%C3%ADdios%20conjugais%20condena%C3%A7%C3%B5es\\_2013.pdf?nocache=1385373248.27](http://www.dgpj.mj.pt/sections/siej_pt/destaques4485/sections/siej_pt/destaques4485/condenacoes_por6955/downloadFile/file/Homic%C3%ADdios%20conjugais%20condena%C3%A7%C3%B5es_2013.pdf?nocache=1385373248.27)
- Dobash, P., Dobash, E., Cavanagh, K., Smith D., Medina-Ariza, J. (2007). Onset of Offending and Life Course Among Men Convicted of Murder. *Homicide Studies*, 11 (4), 241 – 271. doi: 10.1177/1088767907306850
- Drouin, C. , Drolet, J. (2004). *Agir pour prévenir l'homicide de la conjointe : Guide d'intervention*. Catalogage avant publication, Centre de Recherche Interdisciplinaire sur la violence familiale et la violence faite aux femmes, Fédération de ressources de hébergement pour femmes violentées e en Difficulté du Québec, Québec, Canada.
- Retirado de: [https://www.criviff.qc.ca/upload/publications/pub\\_107.pdf](https://www.criviff.qc.ca/upload/publications/pub_107.pdf)
- Dugan, L., Nagin, D., Rosenfeld, R. (2003). Exposure Reduction or Retaliation? The Effects of Domestic Violence Resources on Intimate-Partner Homicide. *Law & Society Review*, 37 (1), 169-198. doi: 10.1111/1540-5893.3701005
- Dutton, D., Kerry, G, (1999). Personality profiles and modi operandi of spousal homicide perpetrators. *International Journal of Law and Psychiatry*, 22 (3-4), 287-300. doi: 10.1177/1524838003004003005
- Dutton, D.G. (1998a). Traumatic Origins of Intimate Rage. *Agression and Violent Behavior*, 4 (4), 431-448. doi: 10.1016/S1359-1789(98)00027-5
- Dutton, D.G. (2001). The neurobiology of abandonment homicide. *Aggression and Violent Behavior*, 7, 1-15. doi: [10.1016/S1359-1789\(01\)00066-0](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(01)00066-0)



- Eke. A., Hilton, N., Harris, G., Rice, M., Houghton, R. (2011). Intimate Partner Homicide: Risk Assessment and Prospects for Prediction, *Journal of Family Violence*, 26, 211-216. doi: 10.1007/s10896-010-9356-y
- Escard, E., Lancia, L., Faict, T. (2008). Les agirs violents au sein du couple: perspectives cliniques et psychocriminologiques. *Journal International de Victimologie*, 6 ( 2 ) , 109-116.
- Farooque, R., Stout, R., Ernst, F. (2005). Heterosexual Intimate Partner Homicide: Review of Ten Years of Clinical Experience. *Journal Forensic Sciences* 50 ( 3 ), 1-3. doi : 10.1520/JFS2004257.
- Forgues-Marceau, S. (2011). *À la recherche d'événements clés susceptibles d'expliquer le passage à l'acte dans le parcours de vie d'hommes uxoricides* (Mémoire de Maîtrise présenté à la Faculté des Études Supérieures de l'Université de Montréal)  
Retirado de : <https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/handle/1866/6238>
- Frigon, S. (1996). Éditorial : homicide conjugal, représentations et discours : contrôle, légitime défense et amour. *Criminologie*, 29 (2), 3-9.  
Retirado de : <http://id.erudit.org/iderudit/017386ar>
- Gill, C. (2012). *Homicides conjugaux au Nouveau-Brunswick 1999-2008* (Rapport présenté à Gregory J. Forestell, coroner en chef du Nouveau-Brunswick).  
Retirado do Centre Muriel McQueen Fergusson website:  
<http://www2.gnb.ca/content/dam/gnb/Departments/ps-sp/pdf/Publications/1999-2008HomicidesConjugauxAuNB.pdf>
- Goetz, A., Shackelford, T., Romero, G., Kaighobadi, F., Miner, E. (2008). Punishment, proprietariness, and paternity: Men's violence against women from an evolutionary perspective. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 481-489. doi:10.1016/j.avb.2008.07.004
- Gregorio, E. (2009). Narrating a crime: Contexts and accounts of deviant actions. *International Journal of Multiple Research Approaches*, 3 (2), 177-190.  
Retirado de: <http://search.informit.com.au/documentSummary;dn=090184562503708;res=IELHSS>
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e Formas de uso*. (3ª ed.). Cascais: Principia Editora.

- Houghton, C., Casey, D., Shaw, D., Murphy, K., (2010). Ethical challenges in qualitative research: examples from practice. *Nurse Researcher*, 18 (1), 15-25. doi: 10.7748/nr2010.10.18.1.15.c8044
- Howitt, D. (2010). Background to qualitative methods in psychology. In Pearson Education Limited (Ed.). *Introduction to qualitative methods in psychology* (pp.1-39). Retirado de : [http://catalogue.pearsoned.co.uk/assets/hip/gb/hip\\_gb\\_pearsonhighered/samplechapter/Howitt%20Web%20Sample.pdf](http://catalogue.pearsoned.co.uk/assets/hip/gb/hip_gb_pearsonhighered/samplechapter/Howitt%20Web%20Sample.pdf)
- Kalichman, C. (1988). MMPI Profiles of Women and Men Convicted of Domestic Homicide. *Journal of Clinical Psychology*, 44 ( 6), 847-853. doi: 10.1002/1097-4679(198811)44:6<847::AID-JCLP2270440603>3.0.CO;2-#
- Kernberg, O. (2006). *Agressividade, Narcisismo e Auto-Destrutividade na Relação Psicoterapêutica*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Korn, M. (2003). *Ces Crimes dits d'amour*. Paris : L'Harmattan
- Lefebvre, J. (2006). *Uxoricide et violence conjugale : comparaison de deux groupes d'hommes à partir de variables situationnelles et psychologiques*. (Tese de Doctorat en Psychologie de L'université du Québec à Trois Rivières). Retirado de : <http://depot-e.uqtr.ca/2010/1/000137723.pdf>
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., Boutin, G. (2010). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*. Lisboa : Instituto Piaget
- Mize, K., Shackelford, T., Shackelford, V. (2009). Hands-on Killing of Intimate Partners as a Function of Sex and Relationship Status/State. *Journal Family Violence*, 24 (7), 463–470. doi: 10.1007/s10896-009-9244-5
- Mize, K., Shackelford, T., Weekes-Shackelford, V. (2011). Younger women incur excess risk of uxoricide by stabbing and other hands-on killing methods. *Personality and Individual Differences*, 50 (7), 1120-1125. doi: 10.1016/j.paid.2011.01.038
- Moreira, W.W., Simões, R., Porto, E. (2005). Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. *R. Bras. Ci e Mov.*, 13 (4), 107-114. Retirado de : <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/665/676>

- Pais, E. (1998). *Homicídio Conjugal em Portugal. Rupturas Violentas da Conjugalidade*. Lisboa: Hugin Editores.
- Pérez, J., Páez, D., Navarro-Pertusa, E. (2005). L'uxoricide : conflit de mentalités entre la libération de la femme et le complexe de l'honneur. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 1, 169-188. Retirado de : <http://www.ehu.es/documents/1463215/1504238/Perez1801.pdf>
- Perreault, R. (2000). *L'Attachement et la Différentiation du soi comme variables prévisionnelles de la violence conjugale*. (Mémoire de Maîtrise en Psychologie présenté L'université du Québec á Trois Rivières). Retirado de : <http://depote.uqtr.ca/3096/1/000674145.pdf>
- Procuradoria - Geral Distrital de Lisboa (s.d). *Código Penal Português*. Retirado de : [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado)
- Ramluggun, P., Lindsay, B, Pfeil, M. (2010). Research in prison: a researcher practitioner's view. *Nurse Researcher*, 17 (3), 60-71. Retirado de : <http://dx.doi.org/10.7748/nr2010.04.17.3.60.c7747>
- Ronin, B. (2012). *Actualités du concept de jalousie morbide*. ( Tese de Doctorat en Medecine presente à la Faculté de Médecine de Grenoble). Retirado de : [http://dumas.ccsd.cnrs.fr/docs/00/74/44/78/PDF/2012GRE15101\\_ronin\\_benjamin\\_1\\_D\\_.pdf](http://dumas.ccsd.cnrs.fr/docs/00/74/44/78/PDF/2012GRE15101_ronin_benjamin_1_D_.pdf)
- Serran, G., Firestone, P. (2004). Intimate Partner Homicide: A Review of the Male Proprietariness and the Self-Defense Theories, *Aggression and Violent Behavior*, 9, 1-15. doi: 10.1016/S1359-1789(02)00107-6
- Shackelford, T., Buss, D., Peters, J. (2000). Wife Killings: Risk to Women as a function to age. *Violence and Victims*, 15 (3), 273-282. doi: 10.1007/s10896-009-9244-5
- Shackelford, T. (2001). Cohabitation, Marriage, and Murder: Woman- Killing by Male Romantic Partners. *Agressive Behavior*, 27, 284-291. doi: 10.1002/ab.1011
- Shackelford, T., Buss, D., Weekes-Shackelford, V. (2003). Wife Killings committed in the context of lovers triangle. *Basic and Applied Social Psychology*, 25 (2), 137-143. doi: 10.1207/S15324834BASP2502\_4.
- Tinoco, Rui (2004). *Histórias de Vida. Um método qualitativo de investigação*. Retirado de : [www.psicologia.com.pt](http://www.psicologia.com.pt)

- Toloie-Eshlaghy, A., Chitsaz, S., Karimian, L., Charkhchi, R. (2011). A Classification of Qualitative Research Methods. *Research Journal of International Studies*, 20, 106-123. Retirado de : [www.researchgate.net](http://www.researchgate.net)
- União de Mulheres Alternativa e Resposta (2012). *Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR* (Dados de 2012). Retirado de: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/oma/2012/OMA%202012.pdf>
- União de Mulheres Alternativa e Resposta (2012). *Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR* (Dados de 2012). Retirado de: <http://www.umarfeminismos.org/index.php/observatorio-de-mulheres-assassinadas/dados-2012>
- União de Mulheres Alternativa e Resposta (2013). *Observatório de Mulheres Assassinadas da UMAR* (Dados de 2013). Retirado de: <http://www.umarfeminismos.org/index.php/observatorio-de-mulheres-assassinadas/dados-2013>
- Wilson, M., Daly, M. (1996). La violence contre l'épouse, un crime passionnel. *Criminologie*, 29 ( 2), 49-71. doi: 10.7202/017389ar
- Wilson, M., Daly, M. (1998). Rethinking violence against women. In R.E. Dobash & R.P. Dobash (Eds.), *Lethal and Nonlethal Violence Against Wives and the Evolutionary Psychology of Male Sexual Proprietariness* (8) 199-230. Retirado de : <http://dx.doi.org/10.4135/9781452243306>
- Wilson, M., Daly, M., Wright, C. (1993). Uxoricide in Canada: Demographic risk patterns. *Canadian Journal of Criminology*, July/Juillet, 263-291. Retirado de : <http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/cjccj35&div=30&id=&page>